

MUDAR PARA FAZER MELHOR

PROGRAMA DE GOVERNO

2017-2020

EROS BIONDINI

PREFEITO DE BELO HORIZONTE

BELO HORIZONTE, 15 DE AGOSTO DE 2016

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO CANDIDATO	03
2. INTRODUÇÃO	08
3. EIXOS ESTRUTURANTES	11
4. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	12
5. DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA	55
6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	71
7. EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA	84
8. QUALIDADE DE VIDA	96
9. CONCLUSÃO	99

1. MENSAGEM DO CANDIDATO

Todo começo é sempre imprevisível. E não foi diferente quando decidi me dedicar a esta tarefa de cuidar do bem comum. É preciso despir-se de muitos prazeres, muitas horas, muitas pessoas e muitos pertences. É um gesto solitário, capaz de desafiar o tempo, interromper a vida cotidiana para se chegar a um lugar desconhecido. Mas não importa. Não será tempo perdido. Em um dia não se sabe quando, num lugar qualquer do fundo dos Gerais, conta Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*: “Medeiro Vaz, ao fim de forte pensar, reconheceu o dever dele: largou tudo, se desfez do que abarcava em terras e gados, se livrou leve como se quisesse voltar a seu só nascimento. (...) Daí, relimpo de tudo, escorrido dono de si, ele montou em ginete, com cachos d’armas, reuniu chusmas de gente corajada, rapaziagem dos campos, e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça”(ROSA, 1986:41).

Recordo-me exatamente o momento em que me reconheci como cidadão de um país. Foi algo único, que modificou minha maneira de ser, pensar e sentir. Evento mais impactante foi somente o de ser pai, esse sim, o mais impactante de todos os acontecimentos!

Mas voltando ao momento em que me percebi como cidadão, vejo que ali se desenhou meu projeto de vida. Assim como o personagem de Guimarães Rosa, copiei Medeiro Vaz, descuidei do resto e passei a me dedicar à política e, por consequência, ao bem de todos.

A prática da cidadania, ter opinião, voz e voto, discutir e participar do futuro de um povo, tudo isso, estou certo, é a missão mais nobre de todas, quando se é nobre, claro, afinal, infelizmente, nobreza é coisa rara de se achar.

Assim, ao me dedicar à política, tudo se fundiu. O objetivo é realista: dar minha contribuição para que a política possa se fortalecer e assim fortalecer a democracia. Acredito que se será de grande valia e será o melhor que eu puder realizar.

A política é, na minha perspectiva, uma riqueza de normas, princípios e valores, em constante liberdade, movimento e construção, a serviço da soberania popular, da democracia e do pluralismo de ideias.

Mas de outro lado, parece permanecer truncado o senso de liberdade, que poderia garantir a cada um *“o prazer de poder falar, agir e respirar sem constrangimento”*(TOCQUEVILLE, 1988:296), de poder agir politicamente, de ser atuante na construção da história política de seu povo.

O brasileiro, em sua maioria, parece não ter acordado ainda para a importância desse processo. Ou quem sabe, esteja acordando agora, após os últimos acontecimentos desse ano de 2016. O processo de transformar a realidade, de *“transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil”*(ROSA, 1986:388), é um sonho que os brasileiros devem perseguir.

Para mim, a política sempre foi uma espécie de vocação missionária. Por isto a minha dedicação, exercitando a solidão. Uma vocação provocada pela desigualdade social, pela injustiça, pelos atos de corrupção, pela não aceitação da impunidade, pela rebeldia frente aos problemas humanos e sociais e pela descaracterização da verdadeira política. Um *“sentimento profundamente íntimo de aversão ao sofrimento, bem como do esforço para transformá-lo em um dever político plenamente racional”* (ABENSOUR, 1992:211).

A política, então, além de missão, é também uma vocação. Que nasce da necessidade de refletir a sociedade brasileira, à luz dos vários pensadores e à luz do que se passa dentro de mim, após todos esses anos em que vivenciei frustrações e mergulhei em sonhos lutando por causas aparentemente impossíveis, mas essenciais. E quando olho o caminho percorrido, cheio de ideais e projetos de um mundo melhor, enxergo uma caminhada alucinante, desafiadora, que me fez crescer como pessoa e me deu uma riqueza que de mim ninguém pode tirar.

Assim como na história de Agnès Humbert, uma mulher que, inconformada com a ocupação nazista na França e movida por uma coragem avassaladora, fundou um grupo de resistência contra o nazismo, eu também me aventurei a tentar cuidar do

jardim de todos. Obviamente, era outra época e outro momento histórico, muito diferente do que vivemos agora no Brasil e muito provavelmente eu não teria a mesma coragem. Mas tenho a mesma inquietação dentro do meu coração e da minha mente, um hábito de me meter na política e deixar de lado, muitas vezes, meu próprio conforto e de minha família. Aliás, sei bem que vem da minha fé.

Fé esta, confirmada nas palavras do Papa Francisco proferidas recentemente, em que disse: *“Envolver-se na política é uma obrigação para o cristão. Temos que participar da política, porque a política é uma das formas mais altas de caridade, porque busca o bem comum. Os leigos cristãos devem trabalhar na política. A política está muito suja, mas eu pergunto: Está suja porquê? Porque os cristãos não participam dela com o espírito evangélico? É a pergunta que eu faço. É fácil dizer que a culpa é dos outros. Mas eu o que faço? Isto é um dever. Trabalhar para o bem comum é um dever do cristão.”*

Nada, entretanto, seria possível sem minha esposa Adriana, cuja dedicação ao meu trabalho, ousou comparar à dedicação de Michael Aris à missão de sua esposa Aung San Suu Kyi, birmanesa que ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1991 e ocupa hoje o cargo de 1ª Conselheira de Estado de Myanmar.

No meio de tudo isso ainda consegui criar meus filhos Mauro e Chiara, ao lado da Adriana e, isso, com certeza, foi um milagre, já que minha inquietação sempre me mandava fazer algo e isso me tirava da companhia deles. Mas isso é outra história, para um outro momento.

A verdade é que me meti na política quando comecei a subir vilas e percorrer os rincões de Minas Gerais, os lugarejos mais pobres do estado e, também caminhando por toda nossa Belo Horizonte para conversar com os moradores sobre como eles pensam. É um mundo que passei a conhecer com os cheiros, com o gosto do cafezinho, o sorriso das pessoas e a admiração do suor no rosto de cada trabalhador, homens e mulheres guerreiros, com a mesma força e coragem de Agnès Humbert. Eu precisava e preciso fazer alguma coisa!

Assim fui lutar por tudo que acredito! Fui buscar conhecimento! Viajei para dentro de mim e encontrei um monte de perguntas a serem respondidas. Viajei para fora de mim e encontrei mais perguntas ainda, diante da pobreza e da miséria que passei a conhecer, diante da omissão das pessoas cuidando de suas próprias vidas como se não fosse problema delas, diante da existência humana e suas contradições. Eu sou hoje uma pessoa completamente comprometida com a política.

Então me filiei a um partido político. Esse é outro lugar cheio de contradições e as perguntas só aumentaram. Você enxerga pessoas lutando por causas nobres e pessoas aproveitando para tirar proveito em causa própria. Você conhece o lado Ruy Barbosa da política e conhece a política apequenada dos interesses escusos. E no meio disso tudo, estava a minha missão.

Minha vida é intensa. Posso até reclamar de algumas coisas, mas não de falta de acontecimentos marcantes e de emoções fortes. Tudo sempre foi e continua sendo muito intenso! E eu não posso parar. É minha natureza! Ainda há muito a ser sonhado, muito a ser feito e refeito, muito a ser realizado. Assumo minhas escolhas e enfrento suas consequências e assim, seguirei sendo político! Sem deixar meu coração parar de pulsar, não vou calar quando for preciso falar, não vou me omitir, nunca! Serei sempre um apaixonado pela PAZ e pela ESPERANÇA!

Não vou parar de me posicionar diante das questões que se colocam diante da minha vida, não vou ficar em cima do muro, ou melhor, talvez em alguns momentos eu fique quieto, mas somente para usar o poder dos quietos, como agora, estou aqui, quieto, sozinho, pensando e escrevendo para a população de Belo Horizonte. Como isso é poderoso!

Agora é preciso discutir a macro e microeconomia de Belo Horizonte, inserida no país e no mundo. É preciso discutir a geração de emprego e renda em nossa cidade, o sistema tributário brasileiro, começando pelos tributos municipais para que a população pare de pagar impostos e multas abusivas que não são convertidas em benfeitorias para a população por causa da corrupção e da má gestão dos recursos.

É disso que quero falar. Da violência, do atendimento precário à saúde, da educação em nosso município e da mobilidade urbana.

Falar da luta contra as drogas, do necessário empoderamento das mulheres, das lutas contra todos os tipos de preconceito, da prioridade para a questão social, tão deixada de lado nas últimas gestões em Belo Horizonte. Falar da boa, eficaz e eficiente gestão pública, da fiscalização das obras públicas, para que os recursos sejam bem aplicados e viadutos não desmoronem em nossas cabeças! Falar de honestidade, que deveria ser o óbvio, mas não é, infelizmente! Falar do combate à corrupção, da má aplicação do dinheiro público no município e das metas não cumpridas. Sim, é preciso falar sem medo. Dar continuidade aos bons programas, às boas realizações da gestão anterior, mas também auditar as contas públicas, fiscalizar, rever os pontos fracos, acolher as diferenças, transmitir confiança, tolerância, parceria e esperança! É preciso mudar para fazer melhor!

E já adianto a todos, com muita serenidade, que aos ataques dos adversários durante esta campanha de 2016, vamos responder com PAZ!

Eros Biondini

REFERÊNCIAS:

- ABENSOUR, Miguel. O Heroísmo e o Enigma do Revolucionário. In: NOVAES, Adauto (org.) TempoeHistória. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- ROSA, João Guimarães. GrandeSertão:Veredas. 21ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- _____ . No Urubuquaquá, no Pinhém In: FicçãoCompleta. vol. 1. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. L’AncienRégimeetlaRévolution. Paris, Flammarion, 1988.

1. INTRODUÇÃO

A Prefeitura de Belo Horizonte é reconhecida nacionalmente por vários avanços construídos nas últimas duas décadas em sua organização administrativa.

Por outro lado, pesam sobre a atual gestão, sobretudo, a tendência ao distanciamento da população, a indisposição para o diálogo, a avidez para a cobrança de impostos e multas de trânsito, a insensibilidade e falta de identificação com as causas sociais, a realização de obras não prioritárias e a dubiedade da trajetória política, marcada por alianças de conveniência com polos partidários opostos (PT e PSDB), o que desagradou parcelas dos militantes e simpatizantes de ambos os lados.

A candidatura de Eros Biondini é uma alternativa ao acirramento da polarização da disputa política em Belo Horizonte e traz uma visão mais social e humanizada da gestão pública. Porém, é importante para o seu êxito que fique claro para o eleitor que Belo Horizonte terá um prefeito mais humanista, solidário, coerente, honesto e preocupado com as questões sociais, mas também empenhado em manter o desenvolvimento econômico sustentável e a evolução do desenvolvimento urbano.

Eros Biondini vem propor a manutenção dos bons resultados de avanços na gestão pública do município, ainda que estatenha sérios problemas, em especial no que diz respeito à fiscalização das grandes obras.

É um modelo de gestão empresarial que insiste em tentar convencer o cidadão de que a cidade precisa de um empresário como gestor, mas na verdade, a cidade precisa de um gestor que seja um bom administrador público, com experiência pública e sensibilidade aos conflitos da sociedade, com conhecimento técnico dos princípios e das dificuldades da administração pública e, principalmente, conhecedor dos problemas enfrentados no dia a dia pelas pessoas que vivem na cidade.

Assim, a candidatura de Eros Biondini traduz um discurso de **mudança** nas áreas sociais e nas relações políticas e humanas e de **fortalecimento e aprimoramento** nas demais áreas da gestão municipal. A cidade não é uma empresa. A cidade é uma cidade! Um espaço de todos, com suas diferenças e anseios os mais diversificados. A necessidade do diálogo se impõe!

A proposta FAZER MAIS PARA FAZER MELHOR é marcada pela responsabilidade com o bem comum e tem por objetivo manter os avanços conquistados nas gestões anteriores, corrigir erros e aprimorar e avançar ainda mais em todos os setores.

Os programas e projetos bem-sucedidos vão ter continuidade na gestão de Eros Biondini, buscando ainda mais seu aprimoramento, eficiência e eficácia.

Nas áreas onde a atual gestão não foi bem-sucedida, pretende-se ousar na implementação concreta de soluções viáveis, com total cuidado na aplicação dos recursos públicos inibindo vigorosamente o desperdício e a má aplicação dos recursos financeiros, além do rigor no combate à corrupção.

O presente programa de governo foi desenvolvido a partir da interlocução com a sociedade. Sua metodologia parte do desenvolvimento de quatro grandes eixos estruturantes:

- DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL;
- DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL;
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL; e
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO.

A partir dos quatro eixos estruturantes, buscou-se desmembrar os principais problemas e as principais oportunidades da cidade de Belo Horizonte, sempre tendo como elemento de integração a **qualidade de vida**, como tema transversal que perpassa todos os projetos em busca de uma mudança de paradigma para garantir aos

cidadãos o pleno atendimento de suas necessidades básicas, como saúde, saneamento básico, segurança pública, educação, geração de emprego e ainda propiciar uma vida com dignidade e acesso aos mais diversificados serviços ligados à mobilidade urbana, ao esporte, lazer e à cultura, dentre outros.

Além dos eixos estruturantes e do tema transversal, faz-se necessário o compromisso de discutir junto ao governo estadual e federal o pacto federativo e a reforma tributária, com o objetivo de reduzir a carga de impostos que hoje assombra a população e dificulta a geração de empregos.

Lado outro, a abordagem sobre vilas caminhou em direção a uma especificidade, tornando-se um tema prioritário e tratado neste documento de forma especial, por consequência de que todos os demais temas são encontrados dentro de vilas de forma peculiar e com necessidade de maior dedicação, cuidado e mais investimentos.

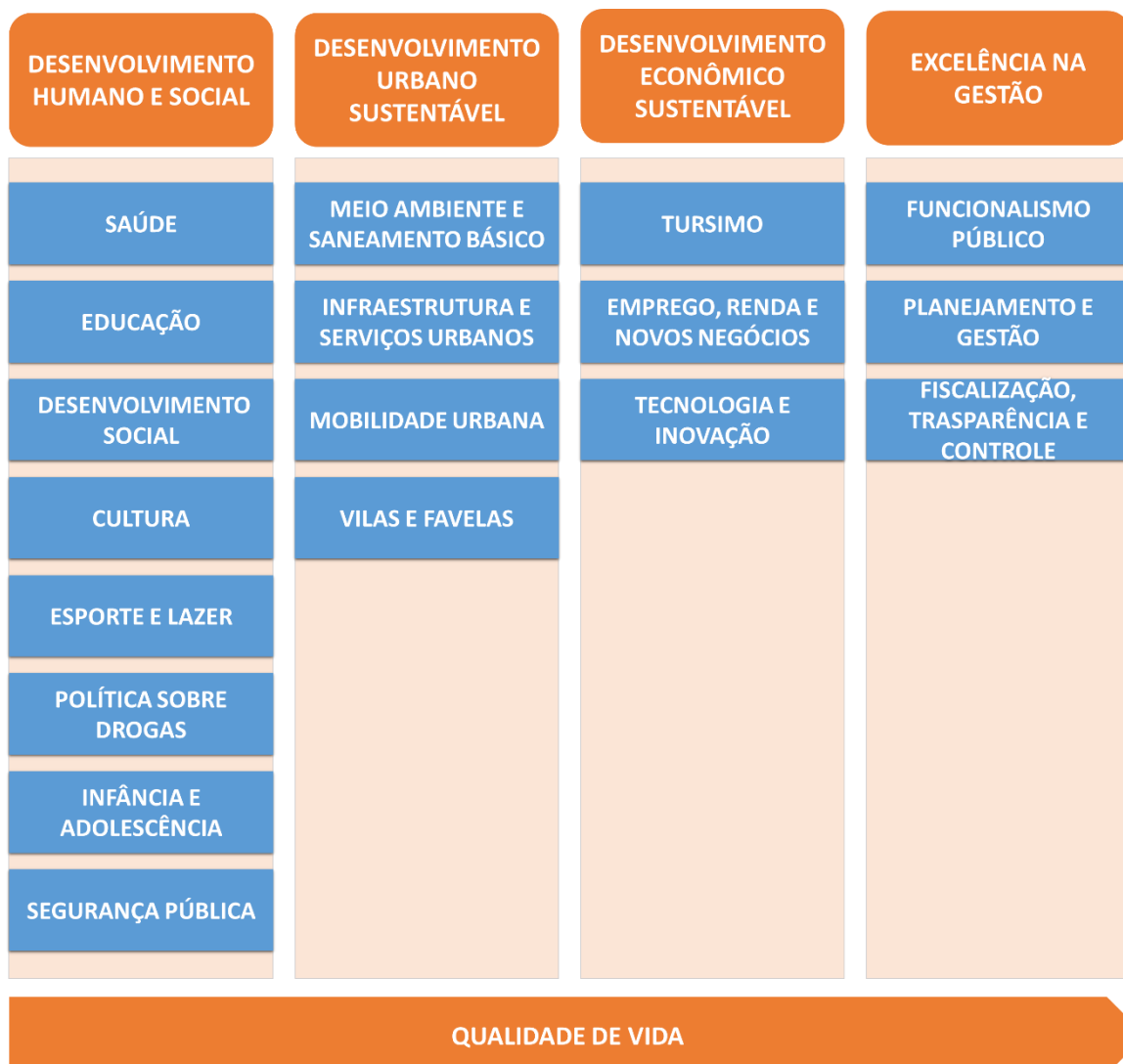
Assim, o estudo caminhou no sentido de produzir um programa de governo com uma visão de solidariedade, esperança e paz para a população de Belo Horizonte, por meio de estudos técnicos e proposição de soluções que possam atuar na causa dos problemas enfrentados hoje pelos cidadãos.

O presente documento foi elaborado pensando nas pessoas. Pensando na vida das pessoas, nas dificuldades enfrentadas pelas pessoas. Em cima do tripé **SAÚDE, EDUCAÇÃO** e **SEGURANÇA**, buscou-se abordar todos os demais temas, enfatizando, nesse momento de crise econômica do país, a necessidade da **GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**.

A seguir, detalharemos cada um dos eixos e suas respectivas áreas temáticas, assim como os projetos e ações que serão executadas para o alcance dos resultados propostos nesse programa de governo.

Boa leitura.

2. EIXOS ESTRUTURANTES



3. DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

3.1. SAÚDE

SAÚDE É TUDO

A Saúde, direito constitucionalmente assegurado a todos, é o bem maior de qualquer pessoa. Propiciar Saúde à população implica uma série de ações de promoção, tratamento e prevenção de doenças, de forma universal, integral e equânime. E a Saúde é hoje a área mais crítica da atual Administração Municipal, sofrendo com atendimento precário, falta de profissionais, filas nas unidades de atendimento, equipamentos inoperantes e insuficientes, demora para agendamento e realização de consultas e exames, desabastecimento de medicamentos e insumos, dentre outras mazelas.

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo por sua acessibilidade gratuita e universal, seja reconhecido como uma grande conquista do cidadão brasileiro, as limitações para o seu financiamento pela União, os estados e os municípios, assim como a complexidade da sua gestão persistem como causas de inúmeros problemas que afetam diretamente a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Com ações de Saúde pública incipientes, controle epidemiológico vulnerável, Atenção Básica sobrecarregada e sem a devida prioridade, além da capacidade de atendimento da Média e Alta Complexidade aquém da demanda, o Sistema Público de Saúde é um campo permanente de insatisfação, tanto de profissionais e instituições de Saúde quanto dos usuários, constituindo uma fonte até aqui inesgotável de crises, que exigem a máxima atenção e prioridade dos gestores públicos.

Soma-se a isso o quadro de condições estruturais de urbanização, saneamento básico e moradia precárias, que favorecem a incidência significativa de doenças que já deveriam estar erradicadas ou sob pleno controle, além de surtos recorrentes de Dengue, Zika vírus e Chikungunya, por exemplo.

Segundo a PBH, o abastecimento de água tratada, coleta e tratamento do esgoto, além da coleta de lixo estão praticamente universalizados no município, restando avançar

no tratamento do esgoto, antes do seu regresso para os corpos d'água da região, atualmente em 86,4% do volume coletado. No entanto, a própria Prefeitura, em seu Plano Estratégico BH 2030, contabiliza 52,1 mil domicílios na capital com padrão construtivo muito ruim, o que, obviamente, expõe seus moradores a riscos diversos, inclusive à Saúde.

A Prefeitura já desenvolve programas voltados a habitação, como o Programa Vila Viva e o Programa de Assistência Técnica e de Melhorias Habitacionais, com ações como a instalação de módulos sanitários em moradias. Contudo, faz-se necessária uma avaliação detalhada na efetividade e abrangência desses Programas visto que os problemas continuam.

A estrutura da Prefeitura para a Saúde conta com a Secretaria Municipal e o Conselho Municipal de Saúde. O sistema possui hoje 150 Unidades Básicas de Saúde - UBS (antigos Postos de Saúde) e 588 Equipes de Saúde da Família (ESF). Recursos estes que compõem a Atenção Básica de Saúde.

Há ainda 9 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) para a Média Complexidade e 2 Hospitais Municipais (Alta Complexidade): Hospital Odilon Behrens e Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (Hospital do Barreiro). Este último em início de operação, com 10% da capacidade instalada em funcionamento. Há também 5,2 mil leitos do SUS, tendo a PBH em seus quadros 15 mil profissionais de Saúde, sendo aproximadamente 1,2 mil médicos.

A Prefeitura possui na área de Saúde 5 Projetos Sustentadores: Hospital Metropolitano; Saúde da Família; Melhoria do Atendimento Hospitalar e Especializado; Gestão e Regionalização da Saúde e Recomeço. Conforme dados disponibilizados pela Prefeitura em seu Balanço 2015, 22,43% da receita municipal de impostos e transferências de origem tributária foram aplicados na área de Saúde (limite legal mínimo de 15%).

Ainda segundo a Prefeitura, os indicadores de Saúde no município têm avançado nos últimos anos. Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil (crianças menores de um ano) caiu de 16,8 por mil nascidos vivos no ano de 2000 para 9,7 em 2013; a taxa de

mortalidade na infância (crianças menores de cinco anos) caiu de 19,1 por mil nascidos vivos no ano de 2000 para 11,1 em 2013; a taxa de mortalidade materna caiu de 66 por 100 mil nascidos vivos em 1998 para 44,5 em 2014; as internações por condições sensíveis à atenção básica caíram de 18,5% em 2010 para 5,6% em 2013 e a expectativa de vida aumentou de 68,6 anos em 1991 para 76,4 anos em 2010.

Porém, esses resultados não refletem as percepções negativas de parcela expressiva dos usuários sobre o funcionamento do Sistema e são conflitantes com problemas primários e graves em sua gestão que chegam frequentemente ao conhecimento de toda a sociedade por meio dos veículos de comunicação.

Após entrevistas, pesquisas de campo, estudos, dentre outros levantamentos, identificamos como principais problemas enfrentados na Saúde Pública de Belo Horizonte:

Estruturais e Operacionais: há falta de materiais de consumo em algumas Unidades, sobretudo nas UPAs e UBSs, incluindo luvas de procedimentos, seringas, soro etc. A Segurança também é uma grande preocupação, principalmente com a recente demissão de 300 seguranças terceirizados desses locais, sob a justificativa de redução de custos. Além disso, há falta de médicos em algumas UBS, sobretudo.

Atendimento: como a Atenção Primária não é eficaz, os usuários acabam procurando as UPAs para o primeiro atendimento, superlotando essas Unidades. A falta de prevenção e tratamento rápido e adequado acaba por agravar as doenças, que deveriam ser evitadas e/ou resolvidas na Atenção Primária. Com isso, os tratamentos de urgência acabam se tornando internações muito mais caras para o Município. Outro exemplo pode ser constatado na redução recente pela PBH de 30% das internações (cirurgias eletivas - AIH) no SUS e de consultas eletivas no Centro de Especialidades Médicas da Santa Casa. Além disso, o Hospital Municipal do Barreiro, que permaneceu anos em construção e foi inaugurado com atraso em relação ao previsto, opera com apenas 10% da sua capacidade, sem uma definição sobre o custeio para o seu funcionamento integral.

Gestão do SUS: por ser uma cidade polo, Belo Horizonte acaba recebendo pacientes de todo o estado, uma vez que é mais viável para algumas prefeituras disponibilizarem transporte para que os seus cidadãos sejam atendidos na capital do que investirem nas suas cidades. Porém, essa ação causa desequilíbrio em todo o Sistema, uma vez que a rede local não comporta essa demanda crescente, sem a devida contrapartida financeira.

Judicialização da Saúde: cada vez mais usuários recorrem às vias judiciais para o acesso a procedimentos, serviços e medicamentos que não são assegurados pelo SUS ou não estão disponíveis para pronto atendimento, o que afeta o planejamento e a gestão dos recursos.

Por tudo isso, o futuro Prefeito de Belo Horizonte encontrará um cenário altamente complexo e adverso na área de Saúde, uma vez que, numa ponta, a Prefeitura já aloca um percentual expressivo de suas receitas e, na outra, há insatisfações salariais de profissionais do segmento, dificuldades para custeio de recursos básicos, além de queixas recorrentes dos usuários do Sistema, que vão desde o atendimento precário e demorado, passando pela demora na realização de consultas e exames até o elevado tempo de espera para a realização de cirurgias eletivas. Tudo isso demandará uma série de iniciativas da nova Administração para que os cidadãos da capital tenham, de uma vez por todas, o seu direito constitucional à Saúde assegurado.

PROPOSTAS

Atenção Básica:

- Reestruturar as Unidades Básicas de Saúde e Estratégias de Saúde da Família, garantindo as condições necessárias para que o cidadão seja atendido o mais próximo possível de sua residência, com qualidade, dignidade e respeito, sem que tenha que se sujeitar a grandes deslocamentos e filas de espera. Essa reestruturação passa por uma ampla revisão do fluxo de atendimento da Saúde primária, reduzindo encaminhamentos à Média e Alta Complexidade, passando pela complementação das equipes de profissionais de Saúde,

capacitação e treinamento, até a aquisição de equipamentos e demais insumos essenciais, de acordo com a demanda.

- Implantar o Programa *Quero Ver Seu Sorriso*, otimizando o atendimento de Saúde Bucal e ampliando sua abrangência na Atenção Básica.
- Analisar e redefinir todo calendário de vacinação de Belo Horizonte, buscando adequá-lo ao perfil epidemiológico da cidade, potencializando seus resultados.
- Ampliar para 100% a cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) e da população atendida pelos Agentes Comunitários de Saúde.
- Fortalecer e ampliar as ações intersetoriais envolvendo a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação e as escolas municipais, educando as novas gerações para uma vida mais saudável.
- Fortalecer e ampliar as ações preventivas em Saúde, como a disponibilização de mais espaços públicos adequados para a prática de atividades físicas em todas as regiões da cidade (pistas de caminhada, pistas de ciclismo e academias de ginástica ao ar livre) e a educação para a alimentação saudável.

Média Complexidade:

- Rever a distribuição das UPAs para melhor atender a população, promovendo as reformas e ampliações necessárias.
- Viabilizar a implantação de um Centro de Especialidades Médicas (CEM) por Regional.
- Operacionalizar o CREAB Venda Nova (Centro de Reabilitação). No local são realizados atendimentos de reabilitação na área neurológica e ortopédica para adultos e crianças.

- Incrementar as ações do CERSAM (Centro de Referência à Saúde Mental) e CERSAM AD (Centro de Referência à Saúde Mental - Álcool e Drogas), aumentando o número de unidades e ampliando as equipes.
- Disponibilizar 500 vagas anuais nas comunidades terapêuticas aos usuários de Álcool e Drogas, por meio de parcerias e convênios.

Atenção Hospitalar:

- Articular e pactuar com efetividade junto à União e ao Estado a destinação dos recursos necessários para custear o pleno funcionamento do Hospital do Barreiro, ainda no primeiro ano da nova gestão municipal.
- Articular e pactuar com efetividade junto à Fundep (UFMG) e ao Estado a destinação de recursos para o equacionamento dos problemas de custeio enfrentados pelo Hospital Risoleta Neves, sobretudo no setor Pediátrico, fechado por falta de recursos.
- Incrementar o PAD (Programa de Atenção Domiciliar) visando dar mais conforto para os pacientes e familiares, diminuindo os riscos de infecção hospitalar, além de aumentar a disponibilidade de leitos para internação.
- Buscar parcerias com instituições filantrópicas para acolhimento de pacientes crônicos com o objetivo de aumentar a disponibilidade de leitos nos hospitais da rede pública para aqueles que realmente necessitam permanecer internados.
- Reduzir o prazo de repasse de recursos municipais para Hospitais Filantrópicos de 60 para 45 dias.

- Incentivar os Hospitais Filantrópicos na busca de recursos de doações voluntárias por meio de parcerias, bonificando-as proporcionalmente.
- Reestruturar a Rede de Saúde Conveniada, redefinindo as competências no atendimento hospitalar, reorganizando e ampliando os serviços de Alta Complexidade como Cirurgia Cardíaca, Transplantes, Oncologia, Nefrologia, CTI etc., além de aprimorar as atividades de regulação e fiscalização dos serviços prestados por estes parceiros.

Outras Ações:

- Atingir em 4 anos o tratamento de 100% do esgoto coletado na capital, antes do seu regresso para os corpos d'água.
- Elaborar o novo Código Sanitário Municipal, adequando-o às novas necessidades do município.
- Intensificar as ações permanentes de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor dos vírus da dengue, da Chikungunya e do Zika, tornando Belo Horizonte a capital referência no combate a essas endemias.
- Programa BH Saudável: viabilizar vagas para pessoas com problemas de obesidade, em academias e outros estabelecimentos voltados para atividades físicas, com acompanhamento médico e nutricional, sob o cumprimento de metas de diminuição de peso.
- Fortalecer e ampliar as ações voltadas para a profissionalização e qualificação da Gestão da Saúde, com enfoque na otimização dos recursos, na eliminação de desperdícios e no combate à corrupção.
- Articular com as Prefeituras da Região Metropolitana de Belo Horizonte, principalmente, um novo modelo de atendimento aos pacientes dessas

localidades, garantindo que haja recursos suficientes para um acolhimento adequado, com contrapartida financeira.

4.2 EDUCAÇÃO

ENSINO DE PRIMEIRA

Uma educação pública de qualidade sempre foi um grande desafio das administrações públicas do país e uma questão que sensibiliza toda a sociedade. Os resultados das políticas perpassam a relação entre Governo Federal, Estadual e Município. Os avanços alcançados nas Taxas de Analfabetismo, referente às escolas públicas municipais, de acordo com o IBGE (2000-2010), conforme resultados apresentados pelos 100 municípios avaliados, onde 92% apresentaram taxa de analfabetismo melhor que a média nacional, mostram que estamos no caminho certo.

Contudo, ainda que os resultados da Educação Infantil e Ensino Fundamental Público de Belo Horizonte, nas séries iniciais, sejam melhores que a média nacional, avaliada pelo IDEB em 2013, estando na quarta posição no ranking das metrópoles brasileiras, a nossa Educação apresenta muitas limitações e uma complexidade de problemas. Desde as articulações de financiamento com o Governo Federal, políticas e propostas pedagógicas ineficazes, capacidade de gestão limitada, recursos humanos e materiais insuficientes, problema na formação dos profissionais e a necessidade de um projeto interdisciplinar que trabalhe a formação dos alunos no aspecto do caráter: caráter primeiro, habilidade depois. Princípio este que deve ser sempre prioridade na educação, anterior a supervalorização dos conhecimentos técnicos e das habilidades, capaz de levar o aluno a compreender o seu papel social e a importância dos valores humanos para a construção de uma sociedade mais justa e feliz.

A Administração atual tem como metas estabelecidas universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender, no mínimo, 50% da população até 3 anos de idade, como também de universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na rede regular de ensino.

Metas estas ainda não alcançadas pelo município, que possui 190 escolas municipais e 45 escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 13 Escolas de Educação Infantil, 103 UMEIs, além de 191 creches conveniadas. Ainda assim, há uma demanda reprimida de cerca de 20 mil vagas apenas na Educação Infantil, o que leva pais a enfrentarem longas e angustiantes filas à espera de uma vaga.

Neste quadro ainda deficitário, faz-se necessário investimentos do município para alcançar estas metas, sobretudo porque as UMEIs atendem apenas 2% do total de crianças de 0 a 3 anos e a 20,7% do total de crianças de 4 a 6 anos residentes no município. Esses percentuais ainda se encontram muito distantes do que prevê a primeira meta do Plano Nacional de Educação 2011-2020, que é atender no mínimo 50% das crianças de até 3 anos, até o final da vigência do Plano.

A criação das UMEIs, ao mesmo tempo em que promove a esperança de uma educação melhor e mais inclusiva, falha quando o município deixa de trabalhar a necessidade de ampliação dos processos de qualificação de modelos e práticas pedagógicas, para que a criança se desenvolva integralmente e, ao entrar para educação formal, esteja mais preparada para novas competências e habilidades, o que influenciará em todo o seu processo escolar, provocando melhores avanços educacionais no município de Belo Horizonte. Ainda hoje, não são raras as queixas de pais e profissionais da educação que recebem esses alunos sem a devida qualificação.

Isso porque apenas possibilitar o acesso dos alunos ao sistema educacional não garante a qualificação do ensino. Há questões a serem tratadas para o alcance da qualificação que queremos e precisamos para nossas crianças e adolescentes, desde a formação continuada dos professores, carga horária para a capacitação e preparação adequada das aulas, melhor compreensão das metas estabelecidas, apoio à gestão, recursos pedagógicos mais motivadores e eficientes como o uso de conteúdos multimídia, salas de informática, além da elaboração de um Projeto Político Pedagógico que contemple diretrizes para a qualificação do ensino, como melhoramento do currículo, nova proposta pedagógica, projetos transversais que tratem de questões pertinentes a educação municipal, dentre outros.

Daí a importância de viabilizarmos nosso projeto “Ensino de Primeira” junto à Secretaria Municipal de Educação e demais envolvidos, como gestores de escolas, professores e pais de alunos, buscando um amplo diagnóstico das prioridades e qualificação da educação municipal, bem como a superação de seus entraves e limites, de forma a reduzir um de seus maiores desafios que é a falta de comprometimento e motivação do aluno, que provoca a evasão escolar.

E a redução da evasão escolar é mais um desafio da educação municipal. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a realidade presente na educação brasileira é que 1 a cada 4 alunos abandona a escola antes de completar a última série. A taxa é a terceira mais alta entre os 100 países com maior IDH, (Índice de Desenvolvimento Humano), só atrás da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe (26,5%).

Para isso, os cursos técnicos profissionalizantes podem ser uma alternativa importante para o município manter o aluno no processo de ensino e de formação, pois o coloca mais próximo do mercado de trabalho, aumentando sua motivação. Na Administração atual, não houve investimento forte neste setor e em Belo Horizontes existem ainda poucas escolas técnicas públicas para atender essa demanda. As principais instituições parceiras do Pronatec, por exemplo, no oferecimento de cursos técnicos e profissionalizantes não são públicas, como o SENAI, SENAC e IFMG, além de algumas instituições privadas. Soma-se a esta realidade a importância da criação de novos cursos técnicos profissionalizantes para o município, capazes de atender a demanda de mão de obra qualificada para a expansão da nossa atividade produtiva.

O município conta com o Programa Escola Integrada (PEI), política de educação integral que objetiva interligar a proposta pedagógica das escolas municipais aos diversos espaços, oferecendo aos alunos 9 horas de aprendizagem no ambiente escolar. A expectativa do Plano Nacional de Educação (PNE) é que, até 2022, 50% das Escolas ofereçam o turno integral. O município de Belo Horizonte é o pioneiro na implantação do Programa, mas só conseguiu implantar o PEI para 50 escolas (26%) até o momento. Muitos alunos ainda retornam para casa no contra turno escolar sem

condições de realizar atividades de esporte, arte e cultura, além de aumentar a exposição a riscos sociais, o que demanda ao município uma avaliação da eficácia do Programa, propondo sua reformulação e ampliação, incluindo parcerias com a iniciativa privada, por exemplo.

Outro ponto importante é a obrigação do município de inserir políticas públicas voltadas a viabilização da educação inclusiva de pessoas com deficiência. De acordo com o Censo Escolar de 2014, mais de 698 mil estudantes especiais foram matriculados em classes comuns no país. Este percentual sobe para 93% em escolas públicas. A realidade nas escolas apresenta um quadro preocupante. Alunos com deficiência sem um tratamento adequado por falta de preparo dos professores e por dificuldades em oferecer atenção a um em detrimento de muitos, para que tenha um aprendizado adequado. Em muitos casos, os alunos de educação inclusiva são excluídos dos processos de aprendizagem por falta de um profissional que lhes ofereça a motivação necessária. Este índice sobre a educação inclusiva favoreceu o processo de socialização dos incluídos, mas não garantiu um melhor desenvolvimento biopsicossocial. O que requer do município a devida atenção e maior investimento em recursos materiais e humanos para uma verdadeira inclusão na educação chamada especial.

Tratar essas questões contribuirá para que tenhamos uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que trate nossas crianças e adolescentes com respeito e dignidade, oferecendo a eles a oportunidade de crescerem como pessoa e como cidadãos.

E será por meio do projeto “Ensino de Primeira” que o município de Belo Horizonte garantirá o seu desenvolvimento social, econômico e cultural.

PROPOSTAS

- Aprimorar os processos de intervenções pedagógicas, administrativas e financeiras nas UMEIs, por meio do diálogo com a Secretaria Municipal de

Educação (SMED) e outros órgãos competentes para uma discussão sobre os problemas enfrentados.

- Reformular o Projeto Político Pedagógico das UMEIs que contemple diretrizes para a qualificação do ensino, com o melhoramento do currículo, nova proposta pedagógica e projetos transversais.
- Aprimorar o processo de inscrição e matrícula das crianças e adolescentes, sobretudo nas UMEIs, garantindo maior agilidade e transparência ao processo, incluindo a utilização de sistemas de informações para melhorar a eficiência das matrículas e distribuição de vagas.
- Ampliar o número de vagas oferecidas na educação infantil nas UMEIs.
- Implementar a gestão em rede das escolas municipais com objetivo de auxiliar na racionalização da aplicação dos recursos, aumentando a eficiência e criando homogeneidade no desempenho educacional.
- Criar mecanismos para que os pais monitorem a frequência dos filhos e a qualidade no ensino da escola por meio de soluções tecnológicas (biometria e aplicativos).
- Investir nos professores e gestores escolares, por meio de formação continuada, através de parcerias com instituições de ensino da capital, além de melhorias nas condições de trabalho para esses profissionais.
- Celebrar um Pacto Social em prol da valorização da escola municipal e dos profissionais da educação.
- Aprimorar os critérios de inclusão que promovam e facilitem o estabelecimento de vínculos entre os alunos com e sem deficiência, buscando parcerias com instituições especializadas.

- Promover cursos de formação continuada para os profissionais da Educação na área da Educação Especial Inclusiva.
- Aumentar a capacidade de atendimento ao aluno em tempo integral, por meio da articulação intersetorial no âmbito do poder público, demais instituições de ensino do município, tanto públicas quanto privadas, ONGs, iniciativa privada, dentre outros parceiros, para fazerem parte do Programa Escola Integrada (PEI).
- Ampliar as parcerias com as instituições especializadas, com o aporte de recursos do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), para a oferta do atendimento educacional especializado no contra turno da escola regular.
- Viabilizar parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ofertando atividades aos alunos no contraturno da escola regular.
- Dotar as escolas de infraestrutura tecnológica, coerente com o momento atual, incluindo biblioteca com acervo de qualidade e aberta a comunidade.
- Criar Centro Municipal de Referência em Educação, formado por um grupo de profissionais especializados (pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais) atuando em parceria com os educadores (professores, diretores, coordenadores e supervisores).
- Ampliar o currículo escolar visando incorporar novas temáticas decorrentes do avanço das ciências, das vocações econômicas regionais e da cultura local, a exemplo de história regional, turismo, educação sanitária, educação sexual,

educação ambiental, cultura negra, indígena, direitos de cidadania, valores, religiosidade, dentre outras.

- Ampliar o Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos, em parceria com organizações sociais do município.

- Buscar junto ao Governo Federal maiores investimentos na diversificação de cursos técnicos e profissionalizantes de forma a atender a demanda do mercado de trabalho.

4.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CIDADE SOLIDÁRIA

Para tratar dos assuntos relativos ao Desenvolvimento Social, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte possui em sua estrutura a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, a Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional, além da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos da Cidadania e a AMAS (Associação Municipal de Assistência Social) com uma ampla rede de unidades administrativas, unidades de atendimento e conselhos municipais.

A Prefeitura adota o conceito de abordagem multidimensional da pobreza e são desenvolvidos diretamente para a área social o Projeto Sustentador BH Cidadania e SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que assiste 170 mil famílias, o Programa de Atendimento ao Idoso e o Direito de Todos. Merecem destaque também o Projeto Família Cidadã - BH sem Miséria, instalado em 33 núcleos do BH Cidadania e o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, inaugurado em 2015, além de outros projetos sustentadores que possuem forte interface com a área social, como o Vila Viva e o Habitação, por exemplo.

Nas últimas décadas, Belo Horizonte apresenta avanços expressivos em seus indicadores sociais. O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) aumentou de 0,602 em 1991 para 0,726 em 2000 e 0,810 em 2010, alcançando patamar de muito alto desenvolvimento humano; a pobreza caiu de 17,23% em 1991 para 3,8% em 2010; a extrema pobreza caiu de 5,04% em 1991 para 0,79% em 2010 e a população vulnerável à pobreza caiu de 37,28% em 1991 para 13,89% em 2010.

Na atual gestão, a Prefeitura perseguiu em suas metas o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que considera a erradicação da miséria, da fome e da pobreza no município, um dos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) para 2015. Dentro do Plano Estratégico BH 2030, a Prefeitura passa a seguir a nova agenda do PNUD para 2030, consubstanciada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A realidade, porém, é que uma parcela significativa da população acredita que a atual gestão municipal preteriu a área social na definição de suas prioridades e deu respostas pouco efetivas a questões graves, como a situação dos moradores de ruas, o uso de drogas, a inserção dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho, a violência contra as mulheres, a atenção aos idosos, dentre outras.

Um exemplo desse descaso da atual gestão com a área social é o dos catadores de materiais para reciclagem. O município de Belo Horizonte foi um dos primeiros a apoiar e a organizar essa atividade, sendo referência para o país. Porém, nas últimas administrações, não foram implementadas ações efetivas que auxiliassem esses trabalhadores a promoverem transformações nas suas condições econômicas e sociais. Muitos continuam morando nas ruas, em condições de miséria e abandono.

A Prefeitura se mostra, também, completamente omissa com relação ao número crescente de homens, mulheres e crianças em situação de mendicância nas ruas da capital, sobretudo na região central, além dos que atuam como "flanelinhas" em áreas comerciais, sejam ou não moradores de rua.

Do mesmo modo, a Administração Municipal não exerce com efetividade o papel que lhe cabe na discussão e condução de ações voltadas para o combate à discriminação e à violência contra a população homoafetiva.

Nos dois últimos anos, principalmente, a PBH efetuou cortes drásticos na execução orçamentária da área social, dispensando profissionais e reduzindo os recursos de custeio nos programas, serviços e unidades de assistência, comprometendo com gravidade não somente a atuação direta da Prefeitura na área, como também a situação de entidades parceiras, que estariam sofrendo com atrasos e insuficiência em repasses financeiros necessários para a manutenção das atividades pactuadas com o poder público. A AMAS, por exemplo, opera de forma precária, sendo necessária sua reestruturação.

Em síntese, estaria ocorrendo um sério descompasso entre o que a atual Administração propõe para as políticas sociais e a realidade da execução de tais políticas, em prejuízo da cidade, da sociedade e dos cidadãos que necessitam de ações sociais do poder público municipal.

Um dos compromissos fundamentais da nossa administração será trabalhar para a promoção do crescimento econômico e urbano de Belo Horizonte priorizando o desenvolvimento social, a proteção aos direitos individuais e coletivos e a valorização humana.

PROPOSTAS

- Mudar a política conceitual na abordagem da população de rua e criação do Projeto Cidadania Resgatada, em parceria com entidades especializadas, com objetivo de buscar a reinserção familiar, social e econômica do morador de rua, incluindo o auxílio ao retorno a sua cidade de origem.
- Criar o Projeto Vida Nova, para o tratamento e a assistência integral ao usuário de drogas e para sua família.
- Criar o Projeto Apoio na Escola, com a implantação de núcleos de apoio social e psicológico nas escolas municipais, compostos por profissionais de Assistência Social e Psicologia.
- Criar o Projeto Mundo do Trabalho, para auxiliar as pessoas em situação de extrema pobreza a se qualificarem e terem acesso a oportunidades de emprego.
- Fortalecer e ampliar a rede de unidades especializadas de atendimento ao idoso, aumentando as parcerias com as entidades vocacionadas com essa ação.

- Fortalecer o atendimento especializado às vítimas de violência, com assistência social, psicológica e jurídica.
- Criar o Projeto Somos Todos Iguais, voltado para afirmação da igualdade de direitos e o combate a todas as formas de discriminação, por meio de ações educativas nas escolas municipais e campanhas temáticas específicas voltadas para toda a população.
- Criar o Projeto Mobilidade para Todos, com a meta de tornar os espaços urbanos, os prédios públicos e os meios de transporte públicos de Belo Horizonte plenamente acessíveis para as pessoas com deficiência.
- Fortalecer a Gerência de Articulação de Política Pública LGBTTI para que ela conduza com efetividade ações de combate à discriminação e à violência contra a população homoafetiva.
- Fortalecer o Plano BH Sem Homofobia e suas diretrizes.
- Estudar a viabilidade de uma nova rede de unidades de albergues, em conformidade com as disposições do Conselho Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para o acolhimento dos usuários em condições adequadas, ampliando os convênios com as instituições filantrópicas.
- Fortalecer e reestruturar a AMAS e a Defesa Civil como entidades fundamentais na implementação de políticas públicas voltadas para o acolhimento e recuperação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como de seu papel de socorrer a população em situações de crise ou desastres naturais, como enchentes, incêndios, desabamentos, seca, chuvas, dentre outros.
- Fortalecer e aprimorar as ações do Centro de Referência da Juventude.

- Implantação da Rede Integrada de Acolhimento à Mulher (RIA) que tem por objetivo integrar todas as entidades municipais e de outros entes federados que atuam na prevenção e combate a referência contra a mulher.

4.4 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CRESCER COM DIGNIDADE E OPORTUNIDADE

Nas últimas duas décadas, a participação proporcional da população infantil e adolescente na população brasileira vem caindo significativamente devido a fatores como a redução da taxa de natalidade e do índice de fecundidade. Em Belo Horizonte, tal fenômeno é acentuado, tendo essa população reduzido, além de proporcionalmente, também em números absolutos.

Conforme dados do IBGE, Belo Horizonte possuía em 1980 716 mil crianças e adolescentes, que correspondiam a 40,22% da sua população total. No ano 2000, havia 668 mil crianças e adolescentes, que correspondiam a 29,88% da população total. Já no Censo do IBGE de 2010, essa população totalizava 566 mil habitantes, correspondendo a 23,42% da população total do município.

A expressiva redução populacional é uma oportunidade histórica para a Prefeitura de Belo Horizonte e os Governos Federal e Estadual tornarem mais efetivas e eficazes as políticas públicas para a infância e a adolescência, principalmente considerando que há no mesmo período também expressivo crescimento das receitas públicas. A princípio, a redução da população infantil e adolescente e, conseqüentemente, a redução de suas demandas deveriam viabilizar uma melhoria significativa dos serviços públicos voltados para essa população tão prioritária.

Porém, embora Belo Horizonte seja considerada pela ONU (Organização das Nações Unidas) uma cidade de alto desenvolvimento humano, parcelas significativas da sua população infantil e adolescente ainda enfrentam situações inaceitáveis, como a dificuldade de acesso às creches e à educação infantil; a evasão escolar antes da conclusão do ensino médio; a dificuldade para o primeiro acesso ao mundo do trabalho; a falta de opções para a prática de esportes, o lazer e as atividades culturais; a violação de direitos; a exploração do trabalho infantil; a exposição à violência, ao abuso sexual e ao uso de drogas e álcool ou mesmo a trajetória de vida nas ruas em situação de abandono. A Prefeitura de Belo Horizonte dispõe de estrutura, recursos,

arcabouço normativo, ferramentas de gestão e suporte institucional para enfrentar e superar tais situações.

Segundo o Demonstrativo do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), fornecido pela PBH, em 2015, o município destinou R\$ 3,4 bilhões para ações destinadas a crianças e adolescentes nos sub-eixos Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos da Cidadania, Cultura, Desporto e Lazer, Habitação e Saneamento, o que correspondeu a 29% do Orçamento Municipal.

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 5.969, de 1991, e atualizado pela Lei Municipal nº 8.502, de 2003, poderia, neste contexto, se destacar como uma fonte consolidada e poderosa para o financiamento de projetos especiais voltados para as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco. Contudo, sofre com a divulgação pouco efetiva de seus mecanismos de renúncia fiscal para a captação de recursos e com uma trajetória de baixa execução orçamentária na atual Administração Municipal.

Além de nove Conselhos Tutelares funcionando em suas regiões administrativas, o Município possui um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que teve participação fundamental para o lançamento, em 2015, do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência (PMIA), que estabelece os compromissos do poder público municipal na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e os princípios que devem determinar a implementação das políticas públicas para este segmento de forma participativa e integrada.

Atualmente, o município conta com 128 UMEIs, 191 creches conveniadas e 48 Unidades do Programa de Abrigo, das quais 3 são conveniadas ao Programa Miguilim e 13 conveniadas ao Serviço de Proteção à Criança e ao Adolescente - SDMS. Conta ainda com o Programa Família Acolhedora e os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social). Essas instituições e unidades públicas deveriam auxiliar na proteção das crianças e adolescentes, e em ações preventivas, mas estariam atuando de forma

desarticulada, apresentando deficiências de gestão, como a falta de monitoramento das ações e dos resultados alcançados.

O município possui, também, o Programa Escola Integrada (PEI), para o atendimento aos adolescentes e jovens, aplicado a 50% das escolas do município, 45 EJAs – Educação de Jovens e Adultos, Jovem Aprendiz, Pro Jovem e o Programa BH Cidadania, além de instituições sociais dedicadas às crianças e aos adolescentes. Essas instituições, embora contribuam para a melhoria de vida de muitos indivíduos da população infantil e adolescente, não conseguem suprir as demandas. Já o Programa Escola Integrada tem sérios problemas estruturais, que abrangem desde a metodologia até os espaços físicos inadequados.

Verifica-se, portanto, que o novo Prefeito de Belo Horizonte deverá concentrar esforços e recursos para o funcionamento adequado das políticas para a população infantil e adolescente como prioridades basilares da Administração Municipal, otimizando a gestão dos recursos disponíveis e desenvolvendo ações mais efetivas e eficazes para o enfrentamento e a superação de carências e violações de direitos que flagelam o presente e comprometem o futuro de milhares de crianças e adolescentes.

PROPOSTAS

- Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), ampliando o seu quadro técnico e valorizando a sua atuação.
- Colocar em prática os programas, projetos e ações voltados para as crianças e os adolescentes em conformidade com os princípios, as diretrizes, as estratégias e os objetivos estabelecidos no Plano Municipal para a Infância e a Adolescência (PMIA).
- Fortalecer o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estimulando as doações de empresas e pessoas físicas e assegurando a execução orçamentária dos seus recursos.

- Fortalecer o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) como ferramenta de controle, transparência e aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações voltadas para a população infantil e adolescente.
- Fortalecer os Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando plenas condições estruturais e operacionais para o cumprimento de suas atribuições.
- Fortalecer as ações voltadas para a criança e o adolescente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos serviços e ações de redução da pobreza e erradicação da miséria.
- Incrementar as atividades do Centro de Referência da Juventude direcionadas para a população adolescente, implantando o Projeto Adolescente Cidadão, com a finalidade de estimular o protagonismo juvenil na faixa etária de 13 a 18 anos, observadas as suas especificidades.
- Implantar o Projeto Primeiros Passos, com a meta de atingir o acesso universal de crianças de 4 e 5 anos à educação infantil.
- Ampliar e fortalecer a rede de UMEIs e creches conveniadas, garantindo acesso às crianças à escola municipal.
- Implantar o Projeto Educar para Crescer, com o objetivo de qualificar as metodologias e didáticas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos, com o apoio de diretoras e professoras das UMEIs e Creches.
- Implantar o Observatório da Criança, com a missão de promover o monitoramento, levantamento de dados e o diagnóstico sobre as diversas situações que afetam a população infantil, como o acesso à creche e à escola, evasão escolar, o atendimento à saúde, o acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, a violação de direitos, a exploração do trabalho, a situação de rua, a exposição à violência e o uso de drogas e álcool, dentre outras, com a finalidade de subsidiar a adoção de políticas públicas mais efetivas e eficazes para essa população.
- Implantar o Projeto Educação para a Paz, com o objetivo de fortalecer no currículo escolar municipal (Ensino Fundamental) a valorização da cultura da paz, da solidariedade, da cidadania e da sustentabilidade.
- Implantar o Programa Passaporte para o Futuro, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes, em parceria com

instituições especializadas, públicas e privadas, incluindo cursos aplicados às novas tecnologias e mídias digitais.

- Estudar a viabilidade da implantação do Cartão de Transporte Cidadania, para garantir o acesso gratuito ao transporte público de adolescentes matriculados em cursos profissionalizantes, visando o aumento da frequência e a redução da evasão.
- Promover campanhas educativas de prevenção de todas as formas de exploração, abuso e violação de direitos da criança, como o trabalho infantil, a prostituição, a violência, a vida em situação de rua e outras.
- Fortalecer o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Miguilim (CENTROPOP – Miguilim) no atendimento à criança e ao adolescente com trajetória de vida e atividades nas ruas.
- Implantar o Programa Rua de Lazer, nas vilas, por meio de oficinas de esporte e lazer para desenvolver atividades esportivas, recreativas e de conscientização relacionadas à cidadania, ao meio ambiente e à saúde.
- Implantar o Programa Liberdade e Vida Saudável, com a realização de campanhas, oficinas e outras ações voltadas para a prevenção ao uso de drogas e álcool e ao tabagismo na infância e na adolescência.
- Apoiar e fortalecer as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Criar o Fórum da Criança e do Adolescente da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de caráter permanente, para fortalecer a articulação e a integração das políticas públicas para a infância e a adolescência na RMBH.

4.5 POLÍTICA SOBRE DROGAS

É POSSÍVEL SER FELIZ SEM AS DROGAS

O uso de drogas e o abuso de álcool são dois dos mais graves problemas atuais do Brasil e de muitos países, tendo impactos profundos sobre a sociedade, as famílias e os indivíduos, sejam usuários ou não. No campo de atuação da gestão pública, esses impactos abrangem, principalmente, as áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, mas chegam a afetar todos os serviços públicos em territórios urbanos submetidos à influência do tráfico de drogas ilícitas e do consumo indiscriminado do álcool.

As políticas públicas brasileiras sobre drogas e álcool, porém, recebem pouca atenção e possuem baixa efetividade, tanto na esfera federal como nas estaduais e municipais, o que pode ser explicado por fatores ideológicos (as divergências sobre as causas e o enfrentamento do uso e do abuso de drogas e álcool), orçamentários (a disputa por orçamento público com as demandas tradicionais) e pela sua própria complexidade (é uma política multidimensional, que exige tratamento intersetorial, pouco presente na gestão pública brasileira).

Em Belo Horizonte, o cenário não é diferente das grandes cidades. As consequências do uso e do abuso de drogas e álcool, bem como do tráfico de drogas ilícitas, são cada vez mais graves, visíveis e dramáticas nos lares das famílias, nas ruas e praças, nas escolas, nas instituições de saúde e nos presídios. Já a atuação da Prefeitura como gestora da política municipal sobre drogas e a própria política municipal podem ser consideradas incipientes e controversas.

Em termos estruturais, o município não possui um órgão específico para a articulação e execução da política municipal sobre drogas e álcool. O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas (CMPD-BH), criado pela Lei nº 8.806/2004, possui competência apenas para orientação consultiva e normativa. Em 2013, foi criado o Fundo Municipal sobre Drogas (FUMSD), mas até o momento não se tem informações sobre a sua utilização para o financiamento de ações de prevenção, tratamento, reinserção social e redução de danos, o que seria a sua finalidade.

No Programa BH Metas e Resultados, há o Projeto Sustentador Recomeço, destinado a propor soluções interdisciplinares para o enfrentamento do uso de drogas por meio de ações estruturantes de tratamento, prevenção e inserção social. Contudo há dúvidas sobre a sua efetividade. Na estrutura da Secretaria de Saúde, há o CAPS-AD e o CERSAM-AD, além de ações como os Consultórios de Rua para os usuários de crack e drogas similares. Mas, tanto a atuação da Secretaria de Saúde como a da Secretaria de Políticas Sociais, sofrem severas críticas de usuários, familiares e especialistas que atuam em organizações do setor.

Avalia-se, em síntese, que os órgãos da Prefeitura atuam isoladamente, sem a imprescindível intersetorialidade na gestão e execução da política municipal sobre drogas, não possuem quadros especializados para uma abordagem multidimensional desses indivíduos e suas famílias, não dispõem de orçamento suficiente para executá-la, não planejam adequadamente suas ações e não buscam parcerias das instituições que atuam na área, além de não apoiarem o trabalho dessas instituições.

PROPOSTAS

- Reorganizar e fortalecer o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, tornando-o paritário e dotado de competências deliberativas.
- Criar uma Coordenadoria vinculada ao Gabinete do Prefeito para a articulação interna e externa das políticas sobre drogas.
- Elaborar o Programa Municipal de Políticas sobre Drogas, com ampla participação social, contendo as diretrizes da política sobre drogas do município.
- Aumentar o número de CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas), instalando mais 3 unidades, equiparando Belo Horizonte às cidades referência em atenção Psicossocial Álcool e Drogas

- Ampliar as ações dos CERSAM AD (Centros de Referência em Saúde Mental – Álcool e Drogas) para um trabalho de prevenção e acompanhamento de crianças e jovens através de oficinas e grupos de mútua ajuda.
- Criar o Centro de Referência Municipal sobre Álcool e Drogas, para acolhimento e encaminhamento dos dependentes químicos para recuperação, acompanhamento das famílias e reinserção dos recuperados.
- Buscar a parceria do sistema FIEMG, CDL, Sindicatos e outras entidades para a criação de projeto de geração de empregos para os egressos das Comunidades Terapêuticas.
- Celebrar Convênios com comunidades terapêuticas para contratação de 500 vagas sociais/ano para acolhimento e recuperação de dependentes químicos.
- Fortalecer o Fundo Municipal sobre Drogas, com o lançamento de editais para o financiamento de projetos de prevenção, tratamento, reinserção social e redução de danos.
- Criar o Projeto Vida Nova para o tratamento e a assistência integral ao usuário de drogas e álcool e à sua família.
- Reorganizar os GTIs Drogas (Grupos de Trabalho Intersetoriais), com a participação de organizações da sociedade civil e especialistas.
- Fomentar a criação de vagas nas Comunidades Terapêuticas para atendimento ao público LGBTTI.
- Ampliar as atividades do PROERD, universalizando essa ação nas escolas municipais, através de convênio com a PMMG. Aumentando o efetivo policial em 200 homens e ampliar as atividades do Jovens Construindo a Cidadania

(JCC) da PMMG para jovens em áreas de risco ou em condições de vulnerabilidade social.

- Promover estudo para mapear e propor formas de revitalizar todas as áreas com degradação social pela venda ou uso de drogas.

4.6 CULTURA

NOSSA CULTURA, NOSSA CARA

A cultura é um dos principais caminhos da transformação social, da formação dos valores humanos e da construção da identificação dos cidadãos com a sua cidade, o seu estado, o seu país e a sua história. A cultura é também um caminho para a inclusão social e uma potencial geradora de oportunidades de negócios, empregos e renda.

E Belo Horizonte é conhecida como uma cidade com forte identidade cultural e alta relevância histórica em praticamente todas as áreas. Desde a fundação da cidade até os dias atuais, os belo-horizontinos mantêm uma intensa vitalidade e produção na literatura, na música, nas artes visuais, nas artes plásticas, nas artes cênicas e no audiovisual, além de se destacarem na arquitetura, na gastronomia e na moda. A própria cidade possui uma riqueza arquitetônica e urbanística rara, evidenciada no último mês de julho com o reconhecimento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO.

A Prefeitura de Belo Horizonte possui em sua estrutura a Fundação Municipal de Cultura e tem sob a sua gestão importantes equipamentos culturais, como os Teatros Francisco Nunes, Marília e Raul Belém Machado, o Museu da Imagem e do Som, o Museu da Imagem e do Som Cine Santa Tereza, o Museu Histórico Abílio Barreto, o Museu de Arte da Pampulha, a Casa do Baile, a Casa Kubitschek, o Arquivo Público, o Espaço Cultural Multiuso, o Centro de Referência da Moda, o Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado, diversos Centros Culturais nas regiões da cidade e as bibliotecas municipais, dentre outros, além dos espaços urbanos que abrigam o Conjunto Moderno da Pampulha, o Circuito Cultural da Praça da Liberdade e a Zona Cultural da Praça da Estação.

Além disso, a Prefeitura desenvolve o Projeto Sustentador Rede BH Cultural, que, dentre suas ações, realiza a Virada Cultural, Festival Internacional de Literatura, Festival Internacional de Quadrinhos, Festival de Arte Negra, dentre outros eventos. Além disso, trabalha a criação e a revitalização de equipamentos e espaços culturais e no programa de editais públicos de acesso e fomento a arte e ações voltadas para a preservação, a proteção e a divulgação da memória e do patrimônio cultural da cidade.

A política pública municipal de apoio a projetos culturais conta, também, com a Lei de Incentivo fiscal (Lei nº 6.498/93) e o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município (Lei nº 10.499/2012), instrumentos já consolidados. Nos últimos dois anos, foram construídos dois novos marcos balizadores, com a instituição do Plano Municipal de Cultura (Lei nº 10.854/2015), instrumento de gestão de médio e longo prazo que norteia a política municipal de cultura para o período de 2015 a 2025 e do Sistema Municipal de Cultura (Lei nº 10.901/2016), integrado ao Sistema Nacional de Cultura.

Observa-se, no entanto, que apesar da sua riqueza cultural e da estrutura e dos instrumentos de fomento e gestão à disposição da Prefeitura, Belo Horizonte enfrenta problemas claros e latentes na gestão municipal da cultura, como a subutilização de espaços e equipamentos públicos; a concentração de eventos em poucas regiões; a escassez de ações nas regiões de população mais vulnerável; a falta de estímulos aos jovens artistas e à cultura popular; a desatenção com a formação cultural das novas gerações e as dificuldades para o acesso às fontes de financiamento.

Nosso Programa propõe a valorização da riqueza cultural de Belo Horizonte como meio para o desenvolvimento humano, social e econômico, com enfoque na otimização do aproveitamento dos equipamentos e espaços públicos; na ampliação e descentralização territorial da carteira de projetos culturais e do calendário de eventos; do estímulo aos jovens artistas e às manifestações culturais populares; do fortalecimento do turismo cultural e da democratização e desburocratização do acesso às fontes de financiamento.

PROPOSTAS

- Assegurar a gestão da política pública municipal de cultura em conformidade com os princípios, diretrizes, estratégias e objetivos do Plano Municipal de Cultura (Sistema Municipal de Cultura, Observatório Municipal da Cultura, Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, Cadastro Único dos Usuários da Cultura – CADCULT, Plano de Comunicação para as Políticas Culturais, Planos Setoriais de Cultura).

- Fortalecer o Sistema Municipal de Financiamento da Cultura.
- Assegurar a plena execução do orçamento da Fundação Municipal de Cultura e dos recursos do Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município.
- Revisar os critérios de acesso aos recursos municipais para o financiamento de projetos culturais, mediante amplo debate público, tendo como enfoques a desburocratização, a democratização e a transparência.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Política Cultural e o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.
- Fortalecer as Conferências Municipais de Cultura.
- Reconhecer o Congado como patrimônio cultural imaterial de Belo Horizonte, estabelecendo ações de salvaguarda, apoio e fomento à sua manifestação.
- Oferecer cursos e oficinas de formação e capacitação de agentes culturais para a elaboração de projetos destinados aos editais das leis de incentivo e dos fundos de cultura nas esferas municipal, estadual e federal.
- Intensificar o uso de praças e outros espaços públicos adequados de todas as regiões da cidade na realização de apresentações artísticas.
- Promover anualmente o Festival das Artes e Culturas Populares de Belo Horizonte, com enfoque nas manifestações culturais tradicionais.
- Implantar o Programa Arte Jovem no Centro de Referência da Juventude e nos centros culturais regionais, com enfoque na disponibilização de espaço para apresentações, na organização de calendário e no estímulo à produção dos novos artistas.

- Criar o Centro de Tradições Mineiras (CTM), espaço para a recepção de turistas e visitantes locais, reunindo gastronomia, música, dança, artes plásticas, audiovisuais e outras manifestações artísticas das diversas regiões do estado, proporcionando ao turista conhecer Minas ainda em Belo Horizonte.
- Apoiar a implantação da Casa do Clube da Esquina, com a finalidade de valorizar a cultura musical de Belo Horizonte, berço de artistas de renome e apoiar novos talentos.
- Aperfeiçoar e fortalecer o arranjo intersetorial envolvendo os setores público e privado para potencializar o crescimento do turismo cultural em Belo Horizonte.
- Reconhecer a Parada LGBTTI como traço da afirmação de identidade cultural.
- Implantar o Projeto Minha Biblioteca, para a renovação do acervo, a divulgação e a revitalização das bibliotecas municipais, oferecendo melhores condições para os usuários e servidores e disponibilizando, além do acesso aos livros, revistas e publicações, o acesso à Internet, via rede sem fio e computadores.
- Ampliar a promoção de campanhas de divulgação e identificação dos espaços públicos, tais como os museus, centros culturais, parques e teatros, estimulando os grupos locais a construir uma agenda de apresentações no Projeto Cultura Itinerante.
- Apoiar a produção e o comércio de artesanato, por meio da disponibilização de novos espaços para feiras e da divulgação em níveis local, nacional e internacional.

- Apoiar o setor gastronômico com o estímulo à promoção de eventos e a divulgação em níveis local, nacional e internacional.
- Reorganizar, aperfeiçoar, fortalecer e divulgar o calendário municipal de eventos culturais.
- Implantar o Programa BH Todo Dia, um conjunto de ações para ligar a Cultura e o Turismo, incentivando a apresentação diária dos artistas, divulgado por meio de um guia informativo sobre os eventos, locais, dentre outros.
- Retomar o estudo de viabilidade para implantação do Projeto Rua 24 horas em Belo Horizonte, com oferta multivariada de serviços ao cidadão e ao turista.

4.7 ESPORTE E LAZER

ESPORTE E LAZER, DIREITO DE TODOS

O esporte faz parte da cultura do brasileiro, incorporando vários elementos como o lazer, saúde, socialização, civismo, disciplina, inclusão social e a competição. É, antes de tudo, um fenômeno sociocultural, que envolve a prática voluntária de atividade física, competitiva ou não, contribuindo para a formação, desenvolvimento e aprimoramento físico, intelectual e psíquico de seus praticantes e espectadores. Além disso, é uma importante forma de criar identidade esportiva no município, contribuindo fortemente para a inclusão social.

Com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, e da Lei de Incentivo ao Esporte, em 2006, instituições públicas e privadas puderam obter incentivo fiscal e garantir uma vida mais saudável a população, além de promoverem uma forte inclusão social, por meio de parcerias com os municípios, instituições privadas, dentre outros.

De acordo com o Ministério do Esporte, a LIE foi responsável pela captação de R\$1,3 bilhão aplicados em cerca de 10 mil projetos entre 2007 e 2014, sendo 50% das propostas para o alto rendimento, 27% para o esporte educacional e 23% de participação.

Em Minas Gerais, foram aprovados 1,5 mil projetos desde então, que captaram quase R\$ 140 milhões. Este é um dado que demonstra como é possível fazer um investimento no Esporte e Lazer no município, atendendo aos diversos interesses dos belo-horizontinos.

Na Prefeitura de Belo Horizonte, existem alguns Programas voltados ao segmento como o Esporte Esperança, Programa Superar, Esporte para Todos e o Programa Segundo Tempo (PST), com suas cinco vertentes: Paradesportos, Luta Pela Cidadania, Vida Saudável e Programa Esporte e Lazer na Cidade. Contudo, todas estas ações de Esporte e Lazer apresentam ineficiência na execução de suas ações e atingimento dos objetivos originalmente propostos.

Isso porque, via de regra, os recursos são repassados diretamente aos setores responsáveis, sendo as equipes de trabalho contratadas compostas por estagiários

e/ou agentes comunitários, com as metodologias dos Programas desconhecidas pelos beneficiários e monitores, recursos materiais inadequados, além da burocracia no processo de aquisição de materiais, orçamentos e prestações de contas.

Os Programas Bolsa Atleta e Bolsa Técnico, por exemplo, contemplam a concorrência dos municípios que comprovem o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esportes e a realização ou participação em Programas/Projetos no ano anterior. Em 2015, o estado de Minas foi contemplado com apoio a 109 atletas e técnicos de alto rendimento. Em contrapartida, o município de Belo Horizonte não captou recursos por meio desse Programa. O Governo Federal, no repasse desses recursos para programas específicos, precisa contemplar técnicos e atletas de várias regiões do Brasil e o município de Belo Horizonte precisa atentar para esta conquista de forma a garantir condições para atletas e técnicos da capital competirem em alto rendimento.

Já em relação ao Programa Terceiro Tempo, o mesmo foi aplicado em 76 unidades de ensino no mesmo período, oferecendo diversas modalidades esportivas aos alunos da Rede Municipal. Mesmo com esta abrangência, o PST apresenta um discurso salvacionista sobre as práticas esportivas, com interesses e disputas políticas na implementação das ações e escassez de dados que permitam uma avaliação precisa quanto aos efeitos sociais alcançados, apresentando ainda problemas na implementação. Os núcleos não têm observado todos os requisitos do Programa, faltando critérios objetivos de verificação na aplicação da proposta pedagógica, além de critérios de inclusão e predominância no atendimento a alunos do sexo masculino, em contraste com a distribuição equitativa por gênero nas escolas públicas de ensino básico.

Em suma, esses Programas, embora importantes, apresentam deficiência na implantação, falta de estrutura física, material e humana para o desenvolvimento das atividades, além de monitores sem a devida capacitação para lidarem com a questão da inclusão.

De acordo com as mães de alunos participantes do PST, ao mesmo tempo que é importante porque afasta crianças e adolescentes das ruas, há outro risco ainda maior que é o de deixar os filhos no Programa sem o devido acompanhamento, muitas vezes

“soltos” dentro da escola, vulneráveis à violência e a assédios de toda sorte. Colocar os alunos em tempo integral não significa melhorar os resultados na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo, físico e social. Cabe ao município reavaliar o impacto social desses Programas e investir na qualificação dos serviços que eles prestam à comunidade.

Outro ponto importante a observar é que os estados do Sul e do Nordeste do país possuem melhores resultados em relação à adesão ao Programa Segundo Tempo. Belo Horizonte, por exemplo, foi contemplado apenas no PST Universitário, por meio da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Essa situação demonstra a ineficiência na distribuição dos recursos do Programa Segundo Tempo e suas vertentes, que se caracterizam muito mais como manutenção de interesses políticos e ideológicos, além da falta de interesse da PBH em fomentar esse tipo de parceria com o Governo Federal.

Uma oportunidade seria criar um Fórum de Debates para reflexão do repasse dos recursos do Governo Federal para os municípios. A proposta é que os projetos sejam elaborados pelo município, com as demandas e realidades apresentadas no projeto de Esporte e Lazer da PBH e encaminhadas ao Governo Federal. Com isso, potencializariam-se as chances de o Governo Federal priorizar a consistência do Projeto Municipal de Esporte e Lazer, percebendo a importância de sua aplicação, os resultados esperados e os impactos educacionais, sociais e econômicos que eles podem gerar para Belo Horizonte.

A PBH conta ainda com o Programa BH Cidadania, que, apesar da necessidade de adequações e investimentos, busca garantir acesso da população em situação de vulnerabilidade social aos bens e serviços públicos sociais. O projeto envolve diversos setores da Prefeitura, dentre eles a Secretaria de Políticas Sociais (SMPS), tendo a família como núcleo de referência dentro de uma comunidade selecionada. A base de atendimento é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), possuindo o Programa 27 núcleos de esporte e lazer no município, monitorados pelos profissionais de educação física, integrando cinco eixos estratégicos: direito, saúde, educação, cultura, assistência social, abastecimento, direitos de cidadania e esporte.

Entretanto, o BH Cidadania apresenta problemas estruturais e de gestão, como baixa capacidade operacional e técnica (baixo número de técnicos e elevado número de tarefas); técnicos com baixa formação e qualificação; ausência de supervisão sistemática; falta de clareza sobre o “como” alcançar os objetivos; necessidade de uma coordenação mais forte para ações e orçamentos, diluindo sobreposições, ajustando prazos, metas e processos, estabelecendo procedimentos mais homogêneos de cadastros, sistemas de informação, processos de monitoramento e avaliação mais uniforme.

Em Belo Horizonte, dentre os esportes coletivos e individuais, o futebol se destaca como uma importante opção de lazer, com sua prática acontecendo em vários locais do município, sobretudo nos campos de várzea. Entretanto, outros esportes coletivos de grandes destaques como o voleibol, basquetebol e handebol necessitam de uma política que amplie os espaços de aprendizagem e de formação de atletas, o que deveria ter a Prefeitura como indutora dessas políticas de incentivo.

O município conta com poucos clubes de formação e, para uma ampliação nos espaços de formação de atletas, será fundamental uma política concreta de parcerias com clubes sociais, por exemplo, buscando favorecer outras modalidades esportivas e promover maior acessibilidade aos cidadãos interessados. Um dos incentivos aos clubes parceiros poderá incluir o incentivo fiscal, por meio de desconto no IPTU, por exemplo, com os clubes, em contrapartida, oferecendo oportunidades de inclusão de crianças e adolescentes de baixa renda nas mais diversas práticas esportivas de esporte coletivo e individual, auxiliando-os em sua formação como atletas e cidadãos.

Além dos Programas esportivos educacionais e de competição, Belo Horizonte tem outras demandas para o esporte, a socialização e o lazer. Um bom gestor público deve entender o acesso ao esporte enquanto um direito de todos e pensar que as práticas esportivas podem assumir diferentes significados para os cidadãos.

Nossa “praia” está nas diversas opções de parques, praças, clubes, teatros, bares etc. E um Programa de Governo precisa contemplar para o município projetos de valorização das tradições e da diversidade cultural dos belo-horizontinos. Portanto, a implantação do nosso Projeto de Esporte, Arte e Cidadania priorizará uma política esportiva

comprometida com os interesses dos mineiros, dando voz aos sujeitos que fazem parte deste processo, de tal modo que a elaboração das políticas esportivas e lazer estarão vinculadas aos nossos desejos, demandas e necessidades.

Sendo assim, será de grande importância estratégica promover no município o Projeto Esporte, Arte e Cidadania, oferecendo atividades esportivas e de lazer a todas as idades, valorizando espaços públicos e privados. Incentivando também o turismo ecológico e histórico, valorizando nossas belezas naturais. Ações estas que serão regionalizadas, de competência do município e em parcerias com instituições públicas e privadas, com base na intersetorialidade, participação popular e inclusão social, transformando BH na capital nacional do esporte e lazer.

PROPOSTAS

- Reavaliar, incrementar e desenvolver Projetos e Programas esportivos e de lazer dirigidos aos interesses e necessidades dos belo-horizontinos, por intermédio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).
- Envolver as demais esferas do Poder Público, assim como a iniciativa privada, Federações e organizações populares com representatividade nas diversas modalidades esportivas, para a promoção e financiamento de projetos esportivos e de lazer, por meio de parcerias, estimulando o empreendedorismo nas áreas do esporte e lazer.
- Implantar o Projeto Esporte, Arte e Cidadania no município, valorizando os espaços públicos e privados, ampliando as modalidades de esportes e lazer para todas as faixas etárias.
- Programa BH Saudável: viabilizar vagas para pessoas com problemas de obesidade, em academias e outros estabelecimentos voltados para atividades físicas, com acompanhamento médico e nutricional, sob o cumprimento de metas de diminuição de peso.

- Fomentar a participação da população na prática de atividades físicas voltadas para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias, inclusive idosos, buscando trabalhar o esporte de inclusão, ampliando a oferta de espaços e instalações para atividades em áreas públicas, clubes e academias, com apoio de profissionais do setor, como educadores físicos, fisioterapeutas e nutricionistas.
- Assegurar a ampla participação dos portadores de necessidades especiais nas atividades esportivas e de lazer, garantindo a disponibilização de equipamentos adequados e profissionais capacitados.
- Identificar, manter e/ou adequar programas de infraestrutura e modalidades esportivas nos campos de futebol, quadras desportivas, áreas para esportes radicais, ciclovias, praças, parques, quadras, pistas, priorizando a criação de espaços de lazer em áreas carentes, com a disponibilização de mesas de dominó e xadrez, pistas de skate, dentre outros.
- Realizar estudo de viabilidade para que as agremiações desportivas licenciadas e filiadas à Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais, que participem de modalidades esportivas coletivas e individuais, que ampliem a cessão gratuita de espaços para implantação de projetos esportivos, sobretudo para a população carente. Em contrapartida, obterão incentivo fiscal no IPTU, por exemplo, seguindo uma iniciativa já praticada em diversos municípios brasileiros, especialmente nas capitais.
- Fomentar a realização de competições de modalidades onde haja atletas locais de destaque, aumentando o potencial de atração de novos praticantes, potencializando a imagem do município como sede de grandes eventos esportivos.

- Criar o Centro de Excelência Esportiva para crianças e adolescentes com aptidão para esportes para a formação de atletas de alto rendimento.
- Efetivar parcerias com Faculdades e Universidades para a promoção de cursos de Administração Esportiva, com conhecimento multidisciplinar, conceitos e teorias da administração, conhecimentos relativos a economia, marketing, legislação e política, visando a capacitação de profissionais de educação física ou profissionais que atuam em iniciação esportiva.
- Criar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o Projeto Esporte nas Escolas, otimizando o espaço das quadras escolares municipais, implantar escolinhas esportivas, após o horário de aula, para crianças e adolescentes das regiões carentes da cidade, principalmente, visando, posteriormente, promover competições esportivas entre as escolas participantes como fator motivador e integrador.
- Fortalecer as Federações Esportivas das diversas modalidades presentes no município, ampliando sua capacidade de fomentar as práticas desportivas.
- Criar a Olimpíada Escolar de Belo Horizonte para alunos da rede de ensino da capital.

4.8 SEGURANÇA PÚBLICA

CULTURA DA PAZ

No bojo das grandes transformações sofridas nos últimos dez anos pelas maiores cidades do País, a centenária Belo Horizonte vem apresentando crescimento dos índices de violência, a despeito do avanço obtido por meio de políticas de enfrentamento mais especializadas e mais assertivas. Desde 2003, com a criação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, a prefeitura intensificou ações de cunho preventivo para tentar resgatar a cidade que todos queremos ver e viver, com qualidade de vida.

Contudo, o avanço da criminalidade no País e, especialmente nos grandes centros, é resultado de uma série de fatores como o recuo dos valores da família, da deterioração do ensino formal com qualidade e até da omissão do Estado como garantidor da paz social, além de outros fatores econômicos, culturais, antropológicos e globalizados.

A complexidade desse contexto requer soluções urgentes para a superação do desafio maior que é a proteção dos direitos de cidadania, especialmente entre os jovens, garantindo-lhes acesso à educação, cultura, esporte, lazer e ao mercado de trabalho de modo a afastá-los das drogas, da criminalidade e reduzir o número de mortes precoces pela violência.

Para Belo Horizonte, foram definidas metas globais de segurança para atingimento em 2030, dentre elas: a redução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 32,31 (SEDS/SIDS, 2011 para menos de 10; a redução da taxa de mortalidade de acidentes de trânsito por 100 mil habitantes de 9,1 (BHTrans, 2011) para, no máximo, 5 e o aumento do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) de 0,61 (SMPL/PBH, 2010) para 1,71.

A criminalidade e a sensação de insegurança social interferem negativamente em todos os campos de desenvolvimento da sociedade, retroalimentando um ciclo de manutenção de resultados nefastos crescentes e de longo prazo.

Para desfazer esse ciclo perverso e reverter esse quadro, o poder público necessita de um planejamento orientado em metas também de médio e longo prazos que implicam em mais investimentos e ações em áreas como gestão integrada, ações comunitárias, gestão da segurança, vigilância eletrônica, planos de comunicação dirigida, programas educacionais preventivos, ações interinstitucionais de prevenção e combate ao crime, programas de cooperação comunitária, valorização dos agentes de segurança e de revitalização do espaço urbano, entre outras.

Portanto, a recuperação do estado de segurança para quem mora, trabalha ou visita Belo Horizonte exige Políticas Integradas de Segurança Pública, considerando a manutenção das ações com reconhecido êxito, readequação e ampliação de outras, mas, sobretudo, novos Programas e Ações com a coragem e a responsabilidade necessárias para devolver paz a nossa cidade e torná-la uma referência em segurança.

PROPOSTAS

- Incrementar as ações da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, ampliando o financiamento de estudos e desenvolvimento de projetos voltados para as políticas públicas de segurança social.
- Ampliar a política de integração entre as ações de segurança pública da Prefeitura e o Governo Estadual, analisando os mapas de violência e auxiliando a alocação de efetivo, com vistas a aumentar a sensação de segurança da população.
- Ampliar o videomonitoramento da cidade (Olho Vivo) e o quadro de pessoal para o monitoramento das imagens na Central de Operações da Cidade, visando a redução efetiva dos delitos, incluindo a utilização de civis, liberando o efetivo policial para atividades fins.
- Incrementar a Gestão Integrada, um dos requisitos para que a cidade continue a participar das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Governo Federal. O Gabinete de Gestão Integrada é

instrumentalizado pelo Observatório de Segurança Urbana do Município de Belo Horizonte, cujas atribuições de organizar e analisar os dados sobre violência e criminalidade a partir de fontes públicas de informações precisam ser otimizadas.

- Buscar a integração da base de dados das polícias com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial para agilizar a troca de informações e a tomada de decisão em ações conjuntas de prevenção e contenção de conflitos e crimes.
- Prover o armamento da Guarda Municipal, bem como incremento dos investimentos em treinamento, planejamento e consequente revisão das suas diretrizes e metas.
- Executar o Plano Municipal de Segurança, que contenha estabelecimento de resultados no curto, médio e longo prazos por meio de ações integradas com o Governo Estadual e alinhadas às Políticas Federais de prevenção e combate à criminalidade.
- Implantar o Programa Conselheiros Comunitários, a fim de monitorar as famílias em situação de risco de envolvimento com o crime e a contravenção.
- Intensificar a parceria com a PMMG para ampliar o número do efetivo na capital, principalmente em ações preventivas como o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) nas escolas municipais.
- Promover a integração definitiva do PROERD e o Programa Fica Vivo.
- Instaurar o Fórum Metropolitano de Defesa Social, cujo objetivo é estabelecer Políticas Públicas e ações compartilhadas de prevenção e combate à violência nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Avançar na melhoria da infraestrutura de iluminação pública, com prioridade para as áreas recorrentes do Mapa da Violência.

- Promover, em acordo com os órgãos de imprensa locais e de segurança pública, o pacto contra a glamourização da violência.
- Promover estudo para mapear e propor formas de revitalizar todas as áreas com degradação social pela venda ou uso de drogas.
- Ampliar ações de readequação, recuperação e construção de travessias junto ao sistema viário para prevenção de acidentes e segurança de pedestres.
- Prover a integração da atuação do GEPAR – Grupo Especializado em Área de Risco da PM – com o Programa Fica Vivo.
- Desenvolver a Campanha de Conscientização Contra a Violência à Pessoa Idosa.
- Firmar parceria com a PMMG, adquirindo bases móveis de monitoramento para maior inteiração com a comunidade.

4. DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

5.1 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

A CIDADADE É NOSSA CASA

A cidade em que todos queremos morar, com qualidade de vida, está em permanente construção. Esse é um conceito novo e que, durante muitas décadas, foi sistematicamente ignorado pelos administradores públicos, especialmente no que se refere à política ambiental.

Com o tempo, nossos gestores perceberam que a sustentabilidade ambiental requer conhecimento especializado e planejamento de longo prazo com revisões periódicas dele, evitando-se ao máximo a descontinuidade de ações eficazes, omissões e retrocessos que podem resultar em perdas definitivas para o meio ambiente ou, na melhor hipótese, danos de difícil recuperação.

Por essas razões, a cada governo que se inicia é imprescindível uma análise responsável e pormenorizada das metas, dos resultados e das estratégias para o seu atingimento. O Plano de Ação proposto por nossa gestão ampliará o estudo analítico do que vem sendo planejado e colocado em prática na área ambiental, revendo os fatores de sucesso e insucesso para garantir que nenhum prejuízo venha a ocorrer ao meio ambiente de Belo Horizonte e degrade a qualidade de vida do cidadão.

Cabe destacar que os planos municipais de meio ambiente são desenvolvidos de forma transversal ao conjunto de políticas públicas, influenciando e sendo influenciado pelo planejamento de áreas como, por exemplo, saúde, educação, saneamento básico, desenvolvimento urbano, turismo, dentre outras.

Nesse sentido, é desejável que a elaboração e implementação dos planos ambientais ocorram de forma participativa, mediante a mobilização dos diversos segmentos da sociedade, de modo que a construção resulte em ferramenta de Estado, possivelmente perpetuando-se aos sucessivos governos, mediante atualizações e aprimoramentos, sempre com foco no interesse do bem-estar das atuais e futuras gerações.

A Administração Municipal necessariamente precisa trabalhar com duas perspectivas: além de manter em nível adequado os serviços de rotina prestados à população, precisa preparar o futuro da cidade, com elevação da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. E na elaboração deste Plano de Governo esses aspectos foram considerados.

Sabemos que os principais desafios a serem enfrentados são os relacionados à coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, à melhoria da infraestrutura básica de saneamento e ao planejamento e desenvolvimento do espaço urbano.

No enfoque da limpeza urbana, a coleta de resíduos sólidos, uma das principais funções da Administração Pública no campo da engenharia sanitária, esse serviço não tem merecido a atenção necessária por parte do Poder Público, contando com orçamentos quase sempre reduzidos de acordo com os dados verificados na Superintendência de Limpeza Urbana, de 2015.

As vias formais urbanizadas no município atendidas por coleta de resíduos sólidos domiciliares apresentaram 93,7% na porcentagem de vias coletadas. Dado este que se manteve inalterado desde 2013, de acordo com a fonte acima citada.

O município de Belo Horizonte, não obstante o crescimento urbano e demográfico das últimas décadas, não efetuou os investimentos públicos em limpeza urbana, na coleta de resíduos sólidos e seu destino. Há ainda hoje inúmeras vias que necessitam de coletas ou de um aumento na sua frequência.

Em vilas atendidas com coletas de resíduos sólidos domiciliares em extensão de vias, no período de 2012 a 2015 cresceu apenas 0,9% nessas áreas vulneráveis e que já apresentaram diversas transformações como aumento populacional e mudanças como abertura de ruas, construções de novas moradias. Uma das ações importante do nosso programa de governo está em mapear a extensão de vias em comunidades para aprimorar o atendimento do serviço nesta região.

Em relação a coleta seletiva, de acordo com os dados de 2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão, apenas 14% da população e aproximadamente 50 bairros são

atendidos pelo serviço de coleta seletiva. O que demonstra a necessidade de avanços e ampliação desse serviço para a população belorizontina.

O Estado de Minas, em 2012, apurou que não houve, por parte do setor público, a intenção de aumento de coleta seletiva de lixo em Belo Horizonte. Os locais de entrega voluntária ainda diminuíram em 35%.

Diante dessa realidade, apenas cerca de 2% das 283 toneladas de material reciclável descartado por ano em Belo Horizonte vão para coleta seletiva. Com isso, a estimativa é de que BH jogue literalmente no lixo R\$ 75,5 milhões em resíduos sólidos que poderiam ser reciclados.

Diante disso, percebe-se que o governo anterior não priorizou ações de melhoria para a ampliação e o melhoramento dos serviços de coleta seletiva. A priorização desse serviço público é fundamental pois trata da qualidade de vida das pessoas, da saúde e da geração de emprego e renda.

Contudo, para sua eficácia, são necessárias ações articuladas entre os diversos setores sociais. Além da conscientização, a população precisa saber o que pode ser levado para reciclagem, para evitar rejeição nos galpões, como limpar os resíduos antes eliminá-los, para que sejam melhor aproveitados.

Por fim, é claro que apenas a Administração Municipal é incapaz de prover todas as soluções que o município necessita, cabendo ao cidadão e às empresas participarem ativamente do processo de preservação do meio ambiente.

Somente com essa união de esforços podemos garantir prosperidade econômica, avanços ambientais e qualidade de vida na nossa cidade.

PROPOSTAS:

- Otimizar os trabalhos do Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência (CMMCE).

- Manter e fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), como principal órgão na definição de políticas ambientais.
- Atualizar o Manual para Políticas de Construção Sustentável.
- Efetivar a Certificação em Sustentabilidade Ambiental – Selo BH Sustentável para entes públicos e privados que tenham consolidadas práticas ambientalmente responsáveis para a obtenção de resultados que contribuam para a redução do consumo de energia, de água, do efeito estufa e para a redução/reciclagem de resíduos sólidos, incluindo a viabilidade de incentivos fiscais.
- Incrementar os investimentos para obter 100% de coleta e tratamento de esgoto nas residências da Capital.
- Intensificar o Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (DRENURBS), que tem como objetivo geral o avanço na qualidade de vida da população do Município, por meio do monitoramento, controle e recuperação dos recursos hídricos naturais no meio urbano.
- Desenvolver e implantar um programa de gestão de arborização na cidade a partir do Inventário de Árvores de Belo Horizonte.
- Interromper definitivamente a ocupação das áreas ambientais da Serra do Curral.
- Revitalizar os parques municipais.
- Construir novos reservatórios de retenção e/ou detenção de cheias, prevenindo inundações, buscando recursos e financiamentos para sua viabilidade.
- Ampliar a instalação de bicicletários, priorizando as estações do Move, Metrô, os shoppings e os centros esportivos, de lazer e culturais de Belo Horizonte.

- Implantar o Programa “PBH sem Papel”, reduzindo do uso do papel na Administração Municipal.
- Ampliar os investimentos em programas e ações de comunicação e conscientização sobre preservação do meio ambiente, uso responsável da energia, da água e destinação correta do lixo doméstico.
- Promover a substituição gradativa de todos os ônibus a diesel para energia alimentada por baterias de fosfato de ferro, a mais limpa do mundo.
- Ampliar as ações de arborização urbana, por meio dos projetos Sementes do Futuro e Disque Árvore.
- Ampliar os mecanismos de controle e fiscalização da poluição.
- Desenvolver um programa permanente de educação ambiental para a área de mananciais.
- Concluir o Sistema Público de Informações Ambientais Georreferenciadas.
- Promover a despoluição da Lagoa da Pampulha, desenvolvendo projetos que a mantenham livre de poluição e que favoreça seu uso pela população para fins de entretenimento.
- Fomentar políticas de interação da cidade e o meio ambiente, estimulando a construção de jardins suspensos nos prédios.
- Ampliar o número de bairros com coleta seletiva de resíduos, aumentando o número de locais de processamento dos materiais recicláveis.
- Implantar o Programa Coletar para Transformar – PCT, com o apoio da SLU, agentes comunitários de limpeza urbana, saúde e educação, tendo como diretrizes o PMGIRS.

- Aprimorar os serviços dos agentes comunitários de limpeza urbana, oferecendo condições de trabalho, material de segurança e capacitação em parceria com empresas privadas.
- Aumentar o atendimento de limpeza urbana nas vilas e comunidades.
- Incentivar as atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada.
- Propor ações educativas voltadas para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa, ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada.
- Capacitar os gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos.
- Divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.
- Elaborar o plano municipal de gestão integrada de recursos sólidos, planejamento obrigatório de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal 12.305/2010.
- Promover uma melhor articulação entre Cooperativas de lixo e a prefeitura para o aprimoramento da coleta seletiva.
- Estimular a criação de um banco de informações para o gerenciamento dos Resíduos Sólidos.

- Realizar parceria com universidades para a capacitação das cooperativas de catadores e prefeitura.
- Ampliar os serviços de comunicação e mobilização no município sobre a importância da coleta seletiva.
- Propor incentivos tributários para o setor de reciclagem.
- Incentivar as indústrias de embalagens sobre a importância do uso de embalagens recicláveis, por meio de um percentual de uso de matéria-prima vinda da reciclagem.
- Ampliar o número de galpões no município minimizando a saturação e a falta de espaço para receber mais material da coleta seletiva.

5.2 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

PARA QUE TUDO FUNCIONE COM EXCELÊNCIA

O objetivo maior de uma Administração pública deve ser o de oferecer a seus cidadãos serviços públicos de qualidade visando seu bem-estar, como contrapartida aos tributos arrecadados. E ter essa visão bem clara é fundamental para traduzir em programas e ações o atendimento às necessidades cada vez mais complexas da população.

Os municípios são responsáveis por planejar, regular, supervisionar e executar atividades relativas a serviços urbanos como varrição e limpeza de vias, manutenção de parques, praças e jardins, organização do transporte coletivo, administração do Aeroporto Municipal, bem como da operação e fiscalização das atividades relacionadas a prestação de serviços funerários e administração de cemitérios da cidade.

O Viaduto Batalha dos Guararapes, que desabou em julho de 2014, na Av. Dom Pedro I, alertou para problemas de elaboração de projeto e execução de obras de infraestrutura realizadas por diversas empresas contratadas pela Administração Municipal. Segundo publicado em veículos de comunicação da capital, a Prefeitura de Belo Horizonte encontrou problemas estruturais em outros três elevados construídos pela Consol e Cowan.

Tal afirmação é de uma gravidade sem precedentes na história da capital e deve ser investigada a fundo. Se for verdade, expõe uma ferida monstruosa, exibindo uma vulnerabilidade do acompanhamento e fiscalização dessas obras, que deveria ser realizado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap).

Os outros três viadutos da Avenida Pedro I projetados pela Consol e executados pela Cowan, de acordo com relatório apresentado pela Sudecap ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), apresentam problemas. O documento aponta falhas nos elevados Monte Castelo, Oscar Niemeyer e no da Avenida João Samaha.

Segundo a Sudecap as empresas CGP e RCK, contratadas para analisar os projetos e vistoriar as obras dos viadutos da Pedro I, sugeriram a adoção de medidas preventivas nos três elevados. Em nota, a superintendência anunciou a realização de intervenções

para aumentar a vida útil das estruturas, mas não detalhou quais obras deverão ser executadas.

Uma vez apuradas as responsabilidades, o município cobrará o ressarcimento de despesas e eventuais prejuízos. Ainda segundo a Sudecap, “não existe risco para a estrutura dos viadutos, que permanecerão operando normalmente em segurança”, diz a nota.

Diante do quadro apresentado e das graves falhas ocorridas, no mínimo, a nova gestão deve analisar com muito cuidado toda a estrutura da Sudecap e realizar uma varredura nas grandes obras da cidade, afim de evitar novos desastres.

Além das grandes obras já implementadas e que necessitam de uma análise em suas atuais condições de segurança, para a infraestrutura de Belo Horizonte precisam ser viabilizadas, com urgência, as obras de prevenção a grandes enchentes, que vem matando dezenas de pessoas nos últimos anos. São grandes obras que vão exigir criatividade do próximo governo para saírem do papel, devido ao custo financeiro das mesmas, entretanto, é prioridade, tanto quanto o saneamento básico.

Outro aspecto é o levantado pela pesquisa realizada pelo Sindicato Nacional de Arquitetura e Engenharia (Sinaenco) que mostra o trânsito e o transporte público como os maiores problemas de infraestrutura de Belo Horizonte, sendo assim, optamos, neste programa, por tratá-lo em item apartado.

A cidade, que havia se estruturado em torno do centro e do vetor oeste, mudou seus eixos de crescimento, a partir do desenvolvimento da região industrializada de Contagem e Betim. Hoje temos a fixação da população de maior renda no vetor sul, levando para junto dela o comércio e os serviços mais sofisticados, e o desenvolvimento do vetor norte, com dois elementos predominantes: a expansão periférica da pobreza para áreas com valores imobiliários mais baixos e a ocupação da riqueza em condomínios fechados utilizados para a segunda residência.

A expansão do Vetor Norte foi reforçada pela intervenção do Governo Estadual mediante a implantação do novo Centro Administrativo, transferindo os órgãos públicos para uma única área. Além disso, o redirecionamento de voos para o

Aeroporto Internacional de Confins transformou-o em porta de entrada aérea da cidade, restringindo as operações no Aeroporto de Pampulha apenas a voos regionais e à aviação executiva, incluindo a ampliação e remodelação das vias de acesso ao aeroporto da cidade vizinha.

Agora, é chegada a hora de se repensar o planejamento da cidade para os próximos anos, garantindo a infraestrutura necessária para que as novas gerações usufruam de uma Belo Horizonte mais humana, que esteja à serviço dos seus cidadãos de fato.

PROPOSTAS

- Realizar uma ampla auditoria externa dos contratos e dos serviços prestados em todas as grandes obras executadas nos últimos 4 anos, nos primeiros meses da nova Administração.
- Revisar a estrutura organizacional e funcional da Sudecap.
- Rever o Plano Diretor de Belo Horizonte, o Código de Obras e o Código de Posturas, adequando-os à nova realidade da capital.
- Intensificar as obras de prevenção às grandes enchentes da cidade.
- Ampliar ações de readequação, recuperação e construção de travessias junto ao sistema viário para prevenção de acidentes e segurança de pedestres.
- Desburocratizar o licenciamento urbanístico, especialmente no que se refere ao processo de análise e aprovação no âmbito municipal.

5.3 MOBILIDADE URBANA

LIBERDADE PARA IR E VIR NA CIDADE

O tema da mobilidade urbana se apresenta como um dos grandes desafios da atualidade, não só no Brasil, mas em todas as cidades de médio e grande porte do mundo. O crescimento desordenado dos meios urbanos combinado a falta de planejamento de políticas públicas de médio e longo prazos acabam por trazer grandes dificuldades aos cidadãos para que possam se locomover, impactando fortemente na economia e na sua qualidade de vida. E este fenômeno é ainda mais latente no Brasil, onde as iniciativas de incentivo ao crédito contribuíram para o aumento exponencial da frota de veículos, sem que houvessem investimentos adequados e suficientes em infraestrutura.

É neste contexto que um adequado planejamento municipal em transportes e mobilidade urbana em médio e longo prazo é imprescindível para que as novas gerações não sejam impactadas, sob risco de continuarmos a sofrer com congestionamentos, serviços públicos de transporte caros e ineficientes, sinalizações inadequadas e insuficientes, o que acarretará na contínua diminuição da qualidade de vida do cidadão.

E BH vive momentos delicados no tema mobilidade urbana. O próximo prefeito terá uma missão difícil pela frente se quiser devolver aos cidadãos o direito de deslocar pela cidade sem estresse e com a rapidez que a vida moderna exige. O trânsito virou um problema de saúde pública e de economia. Estresse e perda de tempo, com prejuízos incalculáveis é a rotina de quem desloca pelas ruas de BH. O trabalhador beloizontino leva em média 125 minutos para chegar ao trabalho, sendo a quarta capital mais lenta do país.

A cidade está parando e quem deveria cuidar da fluidez, parece trabalhar para piorar ainda mais o que já está à beira do colapso. A Empresa que tem a missão de administrar a mobilidade e o transporte público, virou uma agência de arrecadação de multas e perdeu a credibilidade da população. Não tem direito mais de multar e nem a

confiança do beloizontino. Usa o meio eletrônico com o discurso de salvar vidas, quando na verdade está preocupada em arrecadar.

Quebrar paradigmas, investir na infraestrutura e implantar um sistema de transporte público eficiente, para todos é missão de quem assumir a PBH. A cidade tem um passivo de obras de mais de 40 anos. Sua frota de veículos cresceu 138% nos últimos 10 anos, enquanto a população cresceu apenas 10%. O Planmob, lançado pela atual Administração, privilegia poucos projetos que consideram a realidade do carro e está focado em BRT, ciclovias e nas intervenções restritivas.

A pratica tem comprovado que o modelo adotado pela PBH não deu certo. O caos continua reinando absoluto por toda a cidade. Deslocar do centro até a Pampulha nos horários de pico leva mais de uma hora, o que normalmente é feito em 15 minutos fora dos horários de pico. Portanto, a mobilidade urbana pede socorro e uma dose de ousadia para os gestores possam reinventar a cidade para que possamos circular com mais agilidade e segurança.

Para que tenhamos garantido nosso direito de ir e vir, muitos serão os investimentos e melhorias necessárias nos próximos quatro anos, devolvendo a BH uma mobilidade mais adequada, onde o cidadão não perca preciosos momentos que poderiam ser dedicados a família, trabalho e demais atividades uteis e prazerosas, que hoje são gastos em longos, demorados e angustiantes deslocamentos e esperas.

PROPOSTAS

- Ampliar a instalação de bicicletários, priorizando as estações do Move, Metrô, os shoppings e os centros esportivos, de lazer e culturais de Belo Horizonte.
- Viabilizar a conclusão da Nova Rodoviária localizada em área contígua à estação do Metrô São Gabriel.

- Buscar a garantia de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em 100% da frota de ônibus. Atualmente a acessibilidade está presente em 89% da frota.
- Viabilizar a implantação do cartão metropolitano de transporte coletivo para utilização em todos os sistemas de transporte público da Região Metropolitana.
- Avançar na reforma dos equipamentos e vias públicas visando a acessibilidade.
- Ampliar as iniciativas de requalificação urbanística e ambiental no Hipercentro e em centros de bairro, com prioridade para o caminhamento seguro e confortável dos pedestres.
- Aumentar a disponibilidade de informações em tempo real para usuários do transporte coletivo por ônibus e motoristas que circulam em Belo Horizonte e aprimorar a gestão, o controle e a operação do transporte coletivo e do trânsito por meio dos novos Painéis de Mensagens Variáveis – PMVs do Controle Inteligente de Tráfego instalados.
- Realizar intervenções de engenharia em gargalos e estreitamentos de vias, sobretudo nas regiões de maior fluxo de veículos.
- Intensificar os trabalhos de manutenção da pavimentação asfáltica da cidade, sobretudo nas periferias da capital.
- Criar novas rotas alternativas na cidade, com revitalização do asfalto, sinalização adequada e divulgação maciça, possibilitando o desafogo de mais de 15% do tráfego dos grandes corredores, dando fluidez ao trânsito.

- Realizar amplo estudo para avaliação dos radares da capital, principalmente quanto a localização e limites de velocidade, priorizando o aspecto educacional da multa e não o financeiro.
- Intensificar o trabalho de sincronia dos sinais de trânsito da capital, que na maioria dos corredores não funcionam em sincronia, provocando engarrafamentos.
- Avaliar a viabilidade de exploração pela iniciativa privada de estacionamentos subterrâneos e verticais a baixo custo, incluindo nas imediações das estações do MetroMOVE, contribuindo para o fim do mito de que estacionamento provoca trânsito. Ao contrário, eles retiram veículos das vias, dando fluidez ao trânsito.
- Rever toda sinalização vertical e horizontal da capital, sobretudo visando o turismo. Com a conquista da Pampulha como Patrimônio da Humanidade, o número de turistas tende a aumentar. Deslocar por BH é quase impossível para quem não conhece a cidade.
- Viabilizar, via parcerias público privadas e recursos externos, a criação de novos corredores que cruzem a cidade sem interrupção de tráfego. As principais avenidas devem ser interligadas por corredores, transformando-as vias expressas. Ex: Cristiano Machado, Amazonas, Antonio Carlos, Teresa Cristina, Contorno, Pedro II, Bias Fortes, Nossa Senhora do Carmo, Andradas, Ruas Araguari, Rua Timbiras, Ruas Gonçalves Dias, dentre outras.
- Intensificar a construção de passarelas nos grandes corredores, substituindo sinais de trânsito e gargalos que geram retenção do tráfego.

- Intensificar o trabalho do Comitê de Gestão de Crises, aumentando a frequência das reuniões, garantindo a estrutura adequada para que haja com eficácia e rapidez.

5.4 VILAS E FAVELAS

PARA VIVERMOS EM UMA VILA RICA

Segundo estudo do GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG, em Belo Horizonte, local de moradia tem determinado uma condição de subcidadania aos moradores de ocupações. Cerca de 80% dos assentamentos de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) não possuem condições apropriadas de saneamento básico. Estima-se que o déficit habitacional da grande Belo Horizonte esteja acima de duzentas mil moradias, pois, segundo o IPEA, em 2010 este número já alcançava cento e cinquenta mil moradias.

Belo Horizonte tem cerca de 13% de sua população vivendo em vilas, índice superior ao da cidade de São Paulo. Ao menos 307 mil pessoas vivem em 169 áreas irregulares como vilas, invasões e comunidades em Belo Horizonte. Três delas estão entre as 100 maiores do país. Os dados são um recorte do censo de 2010 divulgados pelo IBGE.

As comunidades com mais moradores em BH são a Cabana do Pai Tomás (Região Oeste) com 17 mil habitantes; o Conjunto Taquaril (Região Leste) com 14 mil; e o Alto Vera Cruz também com 14 mil habitantes. Para obter estes dados, o IBGE analisou as áreas isoladamente. Caso contrário, o Aglomerado da Serra, composto por sete comunidades, seria o maior com 38.225 residentes.

A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) considera que 450 mil pessoas vivem em locais com algum tipo de precariedade na capital (fonte: site da PBH).

A política adotada pela prefeitura de Belo Horizonte para a execução do programa Vila Viva vem sendo alvo de questionamentos do Ministério Público Federal (MPF), da Defensoria Pública de Minas, do grupo Polos de Cidadania ligado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de moradores de vilas que estiveram presentes em audiência pública na Assembleia Legislativa.

Foram registrados casos de pressão para as pessoas deixarem suas casas e morosidade no pagamento das indenizações, dentre outras falhas na regularização fundiária apontadas pelos moradores durante entrevistas e pesquisas feitas pelo grupo da UFMG.

O Vila Viva se propõe a ser um projeto multidisciplinar de reurbanização de vilas, mas ao que tudo indica não existe um planejamento sustentável e social das remoções e demais intervenções.

Moradores das regiões de vilas afetados pelas obras do Vila Viva denunciaram a pressão por parte dos técnicos da PBH para deixarem suas casas. Algumas pessoas relatam, inclusive, a presença de maquinário da prefeitura na frente de suas casas antes mesmo do fim do prazo para deixarem o local.

Tais denúncias devem ser rigorosamente apuradas e, caso se mostrem verdadeiras, refletem o descaso da atual gestão com o diálogo e falta de respeito ao cidadão. Mais uma vez a arrogância e prepotência predominam e não há uma preocupação com a questão social que deveria ser o objetivo primordial do programa.

Assim, o programa Vila Viva precisa ser inteiramente revisto em toda a sua implementação, critérios e planejamento, afim de cumprir a função social a que veio, qual seja, promover a dignidade e o bem-estar para a população que vive nesses locais.

Além disso, o programa Vila Viva precisa de avançar e incluir, além de obras de infraestrutura e moradia, um completo plano de oferta de serviços públicos de qualidade para a população que reside em vilas, incluindo saúde, educação, esporte, lazer, transporte e cultura. O remanejamento das famílias deve ser evitado, mantendo a população na comunidade em que vivem, porém com a revitalização de todo o conjunto de espaços e serviços necessários à uma vida com qualidade.

Diante do exposto, as seguintes propostas devem ser implementadas:

PROPOSTAS

- Auditoria em todo o processo de entrega de novas moradias, remanejamentos e indenizações, realizados nos últimos 4 anos, nos primeiros meses de governo.

- Implantação do programa “Vila Rica”, para reurbanização das vilas e comunidades com foco na qualidade de vida das pessoas, respeitando a história e cultura dos moradores, com amplo diálogo com a população atingida pelo programa, incluindo:
 - Levantamento do número de pessoas a serem beneficiadas pelo programa “Vila Rica” e realização do diagnóstico multidisciplinar de toda a realidade das vilas de Belo Horizonte nos primeiros 12 meses de governo;
 - Partido da informação da URBEL de que 450 mil pessoas vivem com algum tipo de precariedade e, portanto, deverão ser atendidas pelo programa, pretende-se atender o número de 50 mil moradores no segundo ano de governo; 100 mil moradores no terceiro ano de governo; e 300 mil moradores no quarto ano de governo. Os recursos serão buscados junto ao governo estadual e federal e por meio de Parcerias Público Privadas e o programa receberá tratamento prioritário no que diz respeito à alocação de recursos públicos, para cumprimento integral das metas apresentadas;
 - Resgate das origens culturais dos moradores, projeto completo de saneamento, pintura das casas, inclusão e geração de emprego e renda e criação da “Zona Livre” para atrair grandes marcas e redes para as vilas.

5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

6.1 TURISMO

A CIDADE QUE TODOS QUEREM VER

O turismo vem conquistando um espaço cada vez mais de destaque na sociedade brasileira e no mundo. A capital mineira segue a mesma tendência com crescimento expressivo na última década, sobretudo nos últimos anos, impulsionado pela Copa do Mundo de Futebol, realizado em 2014, tendo nossa capital como uma das 12 sedes.

Por ser a atividade compreendida por uma série de aspectos e relações específicas, o turismo merece um estudo analítico e que abranja suas características. Dotado de uma natureza transversal e extremamente heterogênea a ponto de relacionar-se com uma universalidade de setores, torna-se, inclusive, difícil determinar sua abrangência.

Em análise particular sobre o município de Belo Horizonte, o ano de 2015 foi considerado atípico para a série histórica do crescimento do turismo, em razão da crise política brasileira e sua conseqüente instabilidade econômica e financeira.

Apesar disso, Belo Horizonte ainda conseguiu realizar, em dezembro de 2015, 44% mais eventos corporativos do que no mesmo período em 2014, sendo 65 no total. Esses dados são do Observatório do Turismo, da Belotur, que apresenta mês a mês o desempenho do turismo na cidade. Atualmente, Belo Horizonte ocupa a 9ª posição no ranking da International Congress & Convention Association (ICCA), entidade que mede a participação dos destinos na captação de eventos mundiais. Em 2013, Belo Horizonte chegou a ocupar a 6ª colocação.

A infraestrutura de serviços de turismo de Belo Horizonte e Região Metropolitana atual é de 31 mil leitos, 138 Hotéis e Apart-Hotéis, (destes, 37 foram inaugurados em 2014), 191 na RMBH. Espaços para eventos: 3 Centros de Exposições/Pavilhões (Expominas, Serraria Souza Pinto, Parque Bolivar de Andrade), 2 Centros de Convenções (Minascentro e Associação Médica de Minas Gerais), 98 Auditórios, 15 Espaços Múltiplos como: Minas Tênis Clube, Mineirão, Chevrolet Hall, 11 Espaços

Abertos, 45 Bares e Restaurantes; 7 Casas de Show; 43 Buffets; 15 Clubes e 8 Espaços Artísticos.

O estudo sobre o Turismo de Negócios, realizado pela Diretoria de Pesquisa, Informação e Estatísticas da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais, apresentou o seguinte cenário de Belo Horizonte no ano de 2014: Receita gerada - R\$ 1,28 bi; Número de turistas – 1,1 milhões; Gasto individual - R\$ 100,31 por dia; Gasto por viagem - R\$ 1,1 mil; Permanência Média - 11 dias; 66,7% se hospeda em hotéis; 76,4% viaja sozinho.

Esses dados confirmam o grande potencial turístico de Belo Horizonte e reafirmam a importância do planejamento de médio e longo prazos para a área. Por isso, há necessidade de ampliar as perspectivas de turismo de lazer e negócios de porte médio em Belo Horizonte, visando consolidar a cidade como destino turístico no interior, nos estados vizinhos, no País e internacionalmente, por meio de melhorias dos instrumentos e mecanismos de atração turística.

Preliminarmente e, em linhas gerais, a despeito dos avanços apresentados nos últimos anos na área do Turismo, Belo Horizonte ainda requer investimentos para a construção de pelo menos um Centro de Convenções com capacidade superior a 5 mil pessoas e estacionamento, Terminal Rodoviário Turístico, a redução considerável do ISSQN para prestadores de serviços de turismo, interlocução mais regular e qualificada entre a PBH, Belotur e o DER e o DNIT e a desburocratização dos processos de licenciamento para transporte de turismo, entre outros.

PROPOSTAS:

- Desenvolver o Projeto BH Todo Dia, com eventos culturais diversos espalhados pela cidade, incrementando o calendário cultural de Belo Horizonte.

- Implantar o Projeto Lindas Tardes para, em parceria com as orquestras de Belo Horizonte realizar apresentações musicais, em frente à Igreja de São Francisco, na Lagoa da Pampulha e em outros pontos turísticos de Belo Horizonte.

- Desenvolver cronograma de atividades náuticas para a Lagoa da Pampulha, incluindo a construção da Marina da Lagoa.
- Criar o Centro de Tradições Mineiras (CTM), espaço para a recepção de turistas e visitantes locais, reunindo gastronomia, música, dança, artes plásticas, audiovisuais e outras manifestações artísticas das diversas regiões do estado, proporcionando ao turista conhecer Minas ainda em Belo Horizonte.
- Ampliar a “Campanha de Hospitalidade”, lançada em 2014 (ano da Copa do Mundo), por meio da qual são confeccionados e entregues kits de boas-vindas a todos os jornalistas, agentes de viagens, autoridades que visitam Belo Horizonte.
- Otimizar a produção do Guia Ponto a Ponto que permite a consulta online de horários de ônibus, itinerários e tarifas; agenda cultural da cidade com informações sobre os eventos e sistema de georreferenciamento, que sugere ao usuário mais de 3 mil locais de interesse próximos à sua localização e orientação de “como chegar”. A ferramenta está disponível para download nas lojas Play Store (sistema Android) e Apple Store (sistema IOS).
- Sistematizar a elaboração de roteiros turísticos diversificados, direcionados para o turista e também para o belorizontino, estimulando-o a conhecer e vivenciar os principais atrativos da cidade e tornando-o agente multiplicador dos valores culturais e turísticos da capital.
- Instalar pelo menos mais três unidades da Central de Informação Turística Integrada (CITI) para ampliar a prestação de serviços de informação da Rede Municipal de Turismo (RMT).
- Ampliar o Programa de estímulo ao turismo de negócios e eventos junto a operadores do turismo em outros estados do Brasil.

- Ampliar o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR). O Sistema Municipal de Turismo tem por objetivo promover o desenvolvimento das atividades turísticas, de forma sustentável, por meio da integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo.
- Incrementar o Observatório do Turismo de BH.
- Aumentar em 30% a tiragem do Guia Turístico de BH.
- Concluir a construção do Centro de Convenções de Belo Horizonte (CCBH) na Avenida Cristiano Machado, n. 3.450, no bairro União, na região Nordeste.
- Consolidar a Avenida Afonso Pena como espaço para os desfiles de escolas de samba e blocos caricatos do Carnaval BH.
- Incrementar a participação de Belo Horizonte em eventos turísticos nacionais e internacionais.
- Ampliar o Programa de Apoio a Eventos Esportivos, com foco em incrementar a agenda esportiva e de lazer da cidade, contribuindo para ampliar a cultura da atividade física e do esporte entre a população.
- Manter o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, que tem objetivo de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte. Serão criados novos mecanismos de incentivo e mantidos a isenção de IPTU, a Transferência do Direito de Construir e o Programa Adote um Bem Cultural.
- Ampliar para até 6% a participação relativa do ISSQN gerado por atividades tipicamente turística.
- Perseguir a meta de aumentar o tempo médio de permanência do turista na cidade de BH, passando de 3 dias para 4 dias até 2020.

- Viabilizar a conclusão da Nova Rodoviária localizada em área contígua à estação do Metrô São Gabriel.
- Incentivar a utilização do transporte cicloviário e ampliar o número ciclovias na cidade, incluindo faixas locais para transporte e lazer.
- Viabilizar a instalação de novos bicicletários na cidade, localizados em ruas e praças selecionados, nas estações de integração do BRT e do Metrô e nos estacionamentos públicos, assim como em conjuntos habitacionais.
- Retomar o estudo de viabilidade para implantação do Projeto Rua 24 horas em Belo Horizonte, com oferta multivariada de serviços ao cidadão e ao turista
- Buscar a garantia de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida em 100% da frota de ônibus.
- Viabilizar a implantação do cartão metropolitano de transporte coletivo para utilização em todos os sistemas de transporte público da Região Metropolitana.
- Avançar na reforma dos equipamentos e vias públicas visando a acessibilidade.
- Ampliar as iniciativas de requalificação urbanística e ambiental no Hipercentro e em centros de bairro, com prioridade para o caminhar seguro e confortável dos pedestres.
- Realizar estudo para viabilizar a redução para 3% do ISSQN para prestadores de serviços de turismo.
- Melhorar a interlocução entre a PBH, Belotur, DER e DNIT de modo a agilizar as licenças de trânsito de veículos de turismo.
- Disponibilizar cursos de capacitação, qualificação e estudo de idiomas para os agentes receptivos de turismo de Belo Horizonte, tais como Taxistas, funcionários do setor hoteleiro e a Guarda Municipal.

- Incrementar a colocação de placas de orientação ao turista e totens de consulta e sugestão de roteiros turísticos nos principais pontos turísticos da cidade.

6.2 EMPREGO, RENDA E NOVOS NEGÓCIOS

DIREITO AO TRABALHO É DIGNIDADE

Apesar das recentes dificuldades enfrentadas por todos os municípios, a partir da crise política brasileira, com reflexos econômicos, desencadeada em 2015 e em 2016, Belo Horizonte possui condições bastante favoráveis para superar as adversidades e alavancar seu potencial de atratividade de novos negócios.

A retomada do município para o fomento de boas oportunidades de investimento e de emprego está assegurada pelo crescimento estruturado que a cidade vem passando, especialmente nos últimos doze anos. Ainda assim, nossa capital carece de intervenções em infraestrutura, em mobilidade urbana (para carga e passageiros), em programas de capacitação profissional e em projetos que visem a sua internacionalização.

Um eixo muito importante, e ainda sub explorado comercialmente é o do turismo. A ele estão associadas às potencialidades econômicas ligadas à indústria da alta tecnologia, à cultura, ao meio ambiente e à demanda por serviços de alto valor agregado.

Belo Horizonte tem atualmente acordos comerciais e culturais com 17 cidades-irmãs no mundo que são: Luanda (Angola); Zahlé (Líbano); Granada (Espanha); Porto (Portugal); Minsk (Rússia); Havana (Cuba), Nanquim (China); Belém (Palestina); Homs (Síria); Masaya (Nicarágua); Trípoli (Líbia); Fort Lauderdale, Newark e Austin (Estados Unidos); Tegucigalpa (Honduras); Cuenca (Equador) e Calcutá (Índia).

Contudo, é imperativo conhecer quais são os resultados concretos obtidos por meio da parceria com essas cidades. As ações de incremento para atração de novos negócios e novos postos de trabalho devem estar alinhadas às grandes vocações comerciais de Belo Horizonte, já notadamente consolidadas nos setores de inovação tecnológica, de desenvolvimento de softwares, de saúde, de moda, de gastronomia e do turismo.

Sob a mesma análise, é também urgente e necessário o alinhamento das estratégias de ação integrada para o desenvolvimento econômico e social dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Certamente, a soma de esforços, recursos e potenciais individuais dessas cidades vizinhas e da Capital poderá significar grandes e coletivos avanços. Com base nessas observações, seguem as nossas propostas.

PROPOSTAS

- Criar o programa SIMPLES ASSIM, ligado diretamente ao Gabinete do Prefeito, que além de monitorar o licenciamento e a implantação de empreendimentos de especial interesse público, será responsável pela elaboração do novo processo de abertura de empresas no município, definindo metas de prazo e procedimentos a serem seguidos em cada órgão. O empreendedor deve se preocupar com o seu negócio, não com a burocracia para abri-lo.
- Incrementar as ações viabilizadas pelo Programa Crescer (Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal), concedendo empréstimos aos micro e pequenos empreendedores formais e informais, a fim de adquirir mercadorias e matérias-primas à vista e de financiar investimentos, com taxa de juros reduzidas.
- Aperfeiçoar o Sistema Integrado PBH e Estado de Consulta Prévia de atividades econômicas, possibilitando o aprimoramento do compartilhamento de informações entre as duas instâncias governamentais.
- Promover em quatro anos a redução média em pelo menos 20% o tempo de tramitação dos processos administrativos para concessão de Licença Prévia e nos Alvarás de Localização e de Funcionamento;
- Ampliar a emissão de certidões da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, através da internet, reduzindo o prazo, o deslocamento e os processos de licenciamento.

- Elaborar, em conjunto com o Governo Estadual e com os municípios da RMBH, uma política regional de atração de investimentos, visando promover o desenvolvimento econômico da Capital e os municípios circunvizinhos.
- Implementar todas as propostas da temática de turismo previstas neste Plano de Governo, priorizando aquelas relacionadas ao incremento das atividades do Turismo na Capital, como alternativa econômica de desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para a melhoria das condições socioeconômicas da cidade, para a ampliação da infraestrutura de produtos e equipamentos turísticos, promoção e oferta de serviços de alto valor agregado para o morador e para o turista.
- Estabelecer políticas para a atração de grandes investimentos nos diversos setores da economia, em conjunto com a Agência de Desenvolvimento Metropolitano.
- Implantar centros comerciais nas vilas e aglomerados, por meio de Parceria Público-Privada, com prioridade de disponibilização de espaço para comerciantes/moradores locais, dentro de critérios sociais previamente estabelecidos.
- Ampliar a capacidade de atendimento do Programa Municipal de Qualificação (PMQ) e do Programa de Geração de Emprego, Trabalho e Renda, auxiliando os jovens em situação de vulnerabilidade social, beneficiários dos programas sociais desenvolvidos no âmbito da PBH, e desempregados cadastrados no SINE.
- Ampliar e fortalecer as parcerias com os Programas Federais e Estaduais de qualificação profissional e de ensino técnico na modalidade EAD (Ensino a Distância) e presencial.

- Traduzir para o inglês o conteúdo das áreas do site da Prefeitura de Belo Horizonte que estiver relacionado especialmente as informações de interesse comercial, cultural e turístico.

- Implantar o Centro de Formação Profissional preparatório para a área de Construção Civil.

- Criar um Programa especializado de apoio ao artesanato na cidade, com vistas a ampliação do número de feiras urbanas.

- Analisar os resultados concretos obtidos com as atuais 17 cidades-irmãs de Belo Horizonte no mundo e redefinir novas e melhores metas e resultados para o intercâmbio de cooperação comercial/educacional/cultural com essas cidades.

6.3 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O MUNDO PASSA POR BH

Belo Horizonte tem acompanhado a tendência mundial de investir na modernização da gestão, ampliação do acesso aos serviços públicos e promoção do desenvolvimento do município por meio da tecnologia e da inovação. Esse fenômeno chegou à capital na virada do milênio, quando nossa cidade começou a ser vitrine nacional para o gradual deslocamento do valor da produção intensiva em materiais e energia para a valorização do conhecimento e da inovação.

Em Belo Horizonte estão instaladas atualmente cerca de 300 startups – empresas jovens que buscam a inovação em qualquer área ou ramo de atividade, procurando desenvolver um modelo de negócio para atingir um grande número de clientes e gerar lucros em pouco tempo e sem aumento de custos significativos. Para cá vieram também as maiores empresas de TI do Mundo, entre elas, a segunda sede da Google e a IBM.

Esses dados refletem, sem dúvida, o empenho da gestão municipal em prover recursos para que Belo Horizonte venha a se tornar brevemente uma Cidade Digital, tendo a CT&I (Ciência, Tecnologia e Informação) como áreas aliadas para o desenvolvimento e crescimento econômico do município e da Região.

O primeiro e único Parque Tecnológico de Belo Horizonte é o BHTEC, que consiste em uma associação civil de direito privado, de caráter científico, tecnológico, educacional e cultural e sem fins lucrativos. Criado em 2005, o BHTEC funciona como um condomínio que abriga empresas que se dedicam a pesquisar e a produzir novas tecnologias.

Apesar de toda a seriedade dos seus sócios: PBH, UFMG, SEBRAE, FIEMG e governo estadual, apenas 18 empresas fazem parte do BHTEC atualmente, sendo que cinco delas não são residentes. Por enquanto, aqui como em boa parte do Brasil e do Mundo, os principais problemas enfrentados no fomento à inovação são pesquisadores não alinhados com as demandas públicas, falta de um estudo

sistemático em relação à viabilidade comercial da tecnologia e falta de preparo das empresas para projetos ambiciosos e de longo prazo.

Para superar essas dificuldades, estamos propondo, entre outras ações, a criação imediata do Conselho Municipal de Inovação, congregando diversas iniciativas, instituições, agentes econômicos e de políticas públicas.

O objetivo é estimular, no âmbito local e regional, o surgimento, o desenvolvimento, a competitividade, a interação e o aumento da produtividade de empresas cujas atividades estejam fundadas no conhecimento e na atração de investimentos para a inovação tecnológica.

Portanto, a fim de gerar perspectivas de aumento do bem-estar social, aumentando a renda per capita municipal e trazendo novas oportunidades de trabalho para os belo-horizontinos, além de reforçar a vocação da cidade para a indústria do conhecimento, estamos propondo as seguintes ações:

PROPOSTAS

- Criar o Conselho Municipal de Inovação, com o objetivo de formular, implementar, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do município, reunindo governo municipal, universidades e empresas em prol do desenvolvimento da Capital como polo de inovação.
- Promover a inclusão digital, universalizando progressivamente o uso da Internet gratuita em toda a cidade.
- Ampliar a integração da PBH com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES), por meio do Sistema Mineiro de Inovação (SIMI), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do Sebrae Minas.

- Viabilizar a realização do Fórum Anual Internacional de Inovação e Tecnologia da Gestão Pública em Belo Horizonte.
- Integrar Belo Horizonte à Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas.
- Aumentar a disponibilidade de informações em tempo real para usuários do transporte coletivo por ônibus e motoristas que circulam em Belo Horizonte e aprimorar a gestão, o controle e a operação do transporte coletivo e do trânsito por meio dos novos Painéis de Mensagens Variáveis – PMVs do Controle Inteligente de Tráfego instalados.
- Desenvolver aplicativo de avaliação dos serviços de transporte da cidade (taxi e ônibus), visando a melhoria das condições dos serviços e desenvolvimento de ações de correção.
- Ampliar o número de Telecentros disponíveis para a população em até quatro anos.
- Ampliar o número de serviços disponíveis para o Programa BH Resolve Mobile, mantendo o nível de satisfação pelo atendimento acima de 92%, mensurado pela PBH.
- Modernizar a infraestrutura interna das instituições municipais com a aquisição de equipamentos e sistemas de gestão, através dos projetos previstos no PMAT e PNAFM, visando a ampliação dos controles dos processos e a maior confiabilidade e agilidade na execução das tarefas.
- Ampliar a oferta de oportunidades de capacitação para os servidores municipais por meio da Escola Virtual de Governo (EVG), visando potencializar o bom desempenho do funcionalismo e a melhoria da prestação de serviços.

- Ampliar a implantação do SITBus sistema integrado de gestão, monitoramento e informação do transporte coletivo municipal, que utilizará uma lógica de automatização e sistematização de processos e sistemas computacionais, de modo a disponibilizá-lo também para os ônibus intermunicipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Hoje, a maioria dos veículos da frota de BH contam com GPS, GPRS, câmeras de segurança, painel do motorista e computador de bordo.

- Implementar a interoperabilidade dos sistemas de Bilhetagem Eletrônica já implantados na área de abrangência da Região Metropolitana. Esse sistema vai garantir aos usuários a possibilidade da utilização de cartão único de créditos de passagens a transferência entre linhas de diferentes sistemas.

6. EXCELÊNCIA NA GESTÃO

7.1 FUNCIONALISMO PÚBLICO

VALORIZAR PARA MELHOR SERVIR

O servidor público deve ser sempre encarado como o principal instrumento de realização de políticas públicas. Sem ele, nada do que se planeja é concretizado. Daí a importância de termos profissionais capacitados e engajados com a causa pública, materializando as estratégias em benefícios reais para a sociedade. Contudo, em Belo Horizonte, essa realidade parece distante.

É público e notório que a relação com o funcionalismo é um dos pontos críticos da atual Administração Municipal, o que culminou, inclusive, com a apresentação por oito entidades representativas dos servidores, no último dia 04/07, de denúncia ao Ministério Público Estadual contra o Município, na pessoa do Prefeito, por práticas capituladas como crimes de responsabilidade e infrações político-administrativas.

A pauta de reivindicações das diversas categorias de servidores é extensa e inclui desde pedidos de reajustes salariais em data-base anual até a incorporação e o pagamento de direitos legais como progressões e quinquênios que estariam sendo descumpridos pela Prefeitura.

Obviamente, tal ação e as sucessivas greves realizadas nos últimos anos por categorias do funcionalismo demonstram que tem faltado vontade política, disposição para o diálogo e habilidade ao Prefeito para lidar com a pauta de reivindicações dos servidores.

A Prefeitura de Belo Horizonte fechou o último mês de maio com cerca de 50 mil servidores ativos, contratados e estagiários, dos quais 42 mil estão na Administração Direta e 7,8 mil na Administração Indireta, com cerca de 1,2 mil ocupantes de cargos comissionados.

Considerando-se as áreas de atuação, a maioria desses servidores está concentrada na Educação (17 mil) e Saúde (16 mil) na Administração Direta, além da SLU -

Superintendência de Limpeza Urbana (1,1 mil) e BHTRANS (1,1 mil) na Administração Indireta.

Esses 50 mil servidores tiveram o custo total de R\$ 224 milhões em maio/2016, englobando vencimentos e encargos. Segundo dados da PBH, as despesas do município com pessoal (Administração Direta) corresponderam em 2015 a 44,41% da Receita Corrente Líquida, ou seja, foram mantidas razoavelmente distantes do limite máximo legal de 54%.

Além dos ativos, o mês de maio foi fechado com o pagamento de 12 mil aposentados (custo total de R\$ 53 milhões) e 3,1 mil pensionistas (custo total de R\$ 7,8 milhões) vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do município, que abrange os servidores do Executivo e do Legislativo.

A atual administração desenvolve para a gestão de seus recursos humanos o Projeto Sustentador “Gestão Estratégica de Pessoas”, inserido na Área de Resultado “Modernidade” do Programa BH Metas e Resultados, que, conceitualmente, reúne requisitos para propiciar a valorização dos servidores e um ambiente interno colaborativo e voltado para a meritocracia, o cumprimento de metas e a obtenção de resultados.

Esse Projeto engloba, dentre outros programas e ações, o Programa de Bonificação por Resultados; a execução de Ações de Valorização dos Profissionais de Educação; a Escola Virtual de Governo; a Educação Permanente dos Profissionais da Rede SUS; a Formação de Professores da Rede Municipal de Educação; a Mesa de Negociação Permanente; Informações e Orientações aos Servidores prestes a se Aposentarem; Modernização do Processo Administrativo Disciplinar e o Programa de Valorização do Servidor (ValorizaBH).

Esse Projeto, embora deva ser mantido pela nossa Gestão, exigirá ajustes em seu planejamento e execução, visando maior efetividade e mobilização dos servidores, além de uma nova postura de diálogo e entendimento nas negociações das distintas demandas das diversas categorias de servidores.

Cite-se, como exemplo, o Programa de Bonificação por Resultados, que, em tese, possui requisitos para estimular e valorizar o servidor, mas que envolveu em 2015 apenas 6,2 mil dos 37 mil servidores efetivos da Administração Direta (16,70%) e nenhum servidor da Administração Indireta, demonstrando o quanto ainda podemos avançar para termos a meritocracia implantada na gestão da PBH.

A busca do entendimento com os servidores e do atendimento às suas reivindicações, porém, não pode conflitar com os interesses da sociedade e dos cidadãos, que cada vez mais exigem menos gastos de custeio e mais resultados da Administração Pública, uma vez que já suportam uma alta carga de impostos e recebem em contrapartida serviços públicos precários e de baixa qualidade.

O Regime Próprio de Previdência Social, por sua vez, realizou Censo Previdenciário recente (2015) e exige controle permanente para verificação e manutenção do seu equilíbrio financeiro e atuarial, para que não corra o risco de ingressar na espiral deficitária que ameaça os regimes públicos previdenciários no País. Destaque-se que no último exercício de 2015 o RPPS-BH não alcançou a meta atuarial prevista, ainda segundo o Censo.

É bom ressaltar que, embora essa administração pouco tenha feito em benefício desse importante ativo, a Prefeitura conta hoje com um quadro de servidores altamente capacitados e engajados, que precisam ser reconhecidos em suas funções e motivados a contribuir cada vez mais com o bem-estar da cidade.

E investir na valorização permanente desse quadro, garantindo condições dignas de trabalho e suprimindo eventuais demandas de novos servidores significa criar as bases para uma Administração mais eficiente, com serviços de qualidade oferecidos à população da capital.

Para isso, nos próximos quatro anos, os investimentos em pessoal devem ser orientados para que possamos aproveitar ao máximo o potencial produtivo dos servidores, profissionalizando a máquina com nomeação de pessoas com conhecimento mínimo para a função, reduzindo a ação política dos servidores

atrelados à ação partidária, além de encontrar alternativas para a correção das distorções de remuneração presentes nos quadros.

Tudo isso para que seja implantada a cultura do trabalho e meritocracia na Administração Municipal, enraizando definitivamente o conceito de servidor público como agente transformador da realidade local, com dignidade e respeito a sua saúde e bem-estar.

Sugere-se, assim, uma postura administrativa e fiscal responsável e austera, mas humanizada e aberta nas relações da nova gestão com os servidores, voltada para a política remuneratória, a meritocracia, a profissionalização, a avaliação de desempenho e a consecução de metas e resultados.

PROPOSTAS

- Implementar Programa Servidor Cidadão que tem como enfoque o servidor na condição de cidadão e o valorize no exercício da sua função pública profissional de servir à sociedade e aos cidadãos, englobando ações atualmente dispersas no Projeto Sustentador Gestão Estratégica de Pessoas e redimensionando a sua posição na Administração Municipal, com base nos conceitos de participação e responsabilidade.
- Criar uma nova Mesa de Negociação Permanente com o funcionalismo, com participação eventual do Prefeito, com participação ativa de servidores de todas as áreas na avaliação e na revisão dos Projetos e Ações do Programa BH Metas e Resultados, além da ampliação da participação de servidores efetivos na ocupação de cargos de direção, gerenciamento e chefia.
- Realizar ampla auditoria na área de RH para identificação de problemas e pactuação com os servidores de cronograma para a eliminação do passivo de pendências financeiras e administrativas herdadas de gestões anteriores, após a verificação e validação desse passivo pelas partes.

- Revisar os Planos de Carreiras em todas as áreas, não somente em termos financeiros, mas em termos técnicos, com adequações nos critérios de escolaridade, desvios de função, regras claras de progressão na carreira, dentre outras ações.

- Ampliar o Programa Qualificação e Atualização dos Servidores, garantindo maior qualidade no atendimento aos serviços ofertados à população.

- Reformular o Programa de Atenção à Saúde e à Qualidade de Vida do Servidor para que seja mais efetivo e eficaz, com atenção e ações concretas para necessidades específicas, como o apoio às servidoras gestantes; acesso a berçários e creches; incentivo às atividades educacionais, culturais, físicas e esportivas; atividades com os aposentados e pensionistas; amparo e recuperação de servidores e familiares com dependência química, dentre outras melhorias.

- Criar a Central de Cursos da PBH para servidores e dependentes, oferecendo aulas e oficinas de idiomas, dança, pintura, artesanato e gestão, por exemplo.

7.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO

GASTAR MAIS COM A POPULAÇÃO E MENOS COM A MÁQUINA

As administrações públicas no Brasil, via de regra, são marcadas pela ineficiência na gestão das suas receitas e gastos, além de malversações de verbas públicas que acabam por minar a capacidade de realização dos governos, dando a população a sensação de frustração e insatisfação com a destinação de seus tributos.

Potencializada por uma estrutura administrativa carente de lógica, que muitas vezes privilegia os interesses partidários e ideológicos em detrimento das reais necessidades organizacionais, que possibilitem uma gestão mais eficaz. Juste-se a isso um planejamento fraco, incapaz de prever as necessidades que o município tem e terá nos próximos anos, deixando para as administrações seguintes o peso de ajustes estruturais que atrasam o desenvolvimento das cidades.

A Prefeitura de Belo Horizonte adota um modelo avançado de planejamento estratégico e gestão pública gerencial para resultados, inspirado no modelo utilizado de 2003 a 2014 no Governo do Estado de Minas Gerais.

Os projetos, programas e ações prioritários do município estão inseridos em uma carteira de 40 Projetos Sustentadores e distribuídos em 12 Áreas de Resultado que integram o Programa BH Metas e Resultados (Decreto nº 13.681/2009 e Decreto nº 15.206/2013).

No último mês de junho/2016 a atual Administração lançou uma nova versão do “Plano Estratégico BH 2030”, contendo novas propostas para o planejamento estratégico do município para os próximos 15 anos, com a definição de novas áreas de resultado e de sustentação para as futuras Administrações. A primeira versão do Plano havia sido apresentada em 2009 e a segunda versão em 2010.

Embora a estrutura da gestão do município seja um dos carros chefe dessa administração, utilizada inclusive como mote para apresentação de bons resultados, percebe-se que muito do que foi planejado ainda está por ser realizado, incluindo promessas não cumpridas.

Muitas das entregas previstas, tanto no Programa de Governo apresentado em 2012, durante a campanha da sua reeleição quanto no Plano Estratégico BH 2030, foram revistas nos últimos meses em função de dificuldades encontradas pela atual gestão em concretizá-las, incluindo metas para aumento do número de empregos formais e de empresas instaladas na cidade, nova Estação Rodoviária, manutenção de impostos sem aumento, vagas na Educação Infantil, dentre outras, frustrando aqueles que confiaram nesse modelo de gestão para resultados.

Em relação a sua organização, a Prefeitura possui 19 Secretarias Municipais e 9 Secretarias de Administração Regional na Administração Direta, além de 11 Fundações Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista na Administração Indireta.

O total de receita arrecadada em 2015 foi de R\$ 9 bilhões. Em 2014 foram arrecadados R\$ 8,9 bilhões. Portanto, houve um aumento de arrecadação de apenas 0,60%, inferior ao índice de inflação no País no período, que foi de 10,67% (IPCA).

As principais fontes de receitas tributárias próprias em 2015 foram o ISSQN (R\$ 1,1 bilhões), o IPTU (R\$ 890 milhões) e o ITBI (R\$ 392 milhões). As transferências correntes somaram R\$ 4,3 bilhões.

A execução das despesas empenhadas atingiu em 2015 o valor total de R\$ 9,1 bilhões, com um decréscimo de 0,33% em relação a 2014.

Houve, portanto, em 2015, um déficit de R\$ 113 milhões, que acende o sinal vermelho para a capacidade da atual gestão em manter seus compromissos em dia, sem afetar a qualidade dos serviços prestados à população.

Belo Horizonte gastou em 2015 R\$ 1,2 mil por habitante em Saúde, por exemplo, valor muito superior a outras capitais como Porto Alegre, com R\$ 955 e Curitiba, com R\$ 784. Contudo, as reclamações dos cidadãos em relação ao atendimento recebido nas diversas unidades de Saúde da capital são crescentes, sinalizando que pode haver má gestão, desperdício ou aplicação equivocada de recursos.

Após vivenciarmos seguidos anos de crise na administração pública brasileira, sobretudo na última década, onde ações de cunho ideológico e fisiológico sobrepuseram as iniciativas técnicas, comprometendo os resultados e trazendo a

descrença da opinião pública, torna-se urgente a necessidade de realizarmos profundas reformas na maneira como os recursos públicos são administrados.

Para os próximos anos, propomos uma ampla revisão na forma de se planejar e executar as políticas públicas na PBH, direcionando esforços e recursos físicos e financeiros para o que é de fato prioritário, sempre ouvindo a sociedade de forma efetiva, com transparência e gestão eficaz das receitas e despesas, eliminando desperdícios e desvios, garantindo que os tributos sejam transformados em benefícios reais para os belo-horizontinos.

PROPOSTAS

- Realizar amplo estudo da legislação tributária municipal, sobretudo do ISSQN, com participação de diversos segmentos da sociedade civil, além de um diagnóstico socioeconômico da população como base para a revisão da nossa atual legislação, tornando-a mais moderna, eficiente e justa, adequada à capacidade contributiva da população. Além de permitir que nossas empresas cresçam de forma sustentável, gerando emprego e renda para a população, além de fomentar a vindas de novas empresas para o município.
- Implantar o Centro de Serviços Compartilhados, centralizando as atividades de área meio dos diversos órgãos da Administração Direta da Prefeitura, como Compras, Viagens, Recursos Humanos, Patrimônio, dentre outras, visando a otimização de recursos físicos e financeiros, padronização e otimização de processos, permitindo qualidade e agilidade nos atendimentos das demandas internas a um custo reduzido.
- Revisar o Programa BH Metas e Resultados promovendo a discussão e revisão das Áreas de Resultado e dos Projetos Sustentadores, aberta a ampla participação dos servidores e da sociedade, por meio da realização de uma agenda de reuniões internas e de audiências públicas, visando tornar essas

políticas públicas mais efetivas, garantindo melhor alocação dos recursos físicos e financeiros.

- Revisar o Plano Estratégico BH 2030, com ampla participação dos servidores e da sociedade, com objetivo de torná-lo mais alinhado as necessidades da população da capital para os próximos anos.
- Criar o Programa Prefeito na Rua, nas Administrações Regionais, com o compromisso da presença do Prefeito e do Secretariado Municipal, periodicamente em cada Regional, para reuniões públicas.
- Implementar o Projeto BH Global visando o desenvolvimento integrado da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir da aprovação do novo Plano Diretor Municipal (em discussão na Câmara Municipal).
- Criar o Programa Prefeito Mirim, possibilitando que uma criança acompanhe por um dia a agenda do chefe do executivo.

7.3 FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

COMBATE À CORRUPÇÃO É PRIORIDADE

O momento atual é fértil para que as administrações públicas implantem, de forma efetiva e definitiva, ferramentas e instrumentos legais que fomentem o exercício e a realização da cidadania, bem como da implantação de um modelo de administração gerencial em substituição ao antigo modelo burocrático, criando assim a conscientização de que o objetivo dos governos deve ser sempre o bem-estar do cidadão, dando a ele conhecimento e controle absoluto sobre os resultados das ações da máquina pública.

A Prefeitura de Belo Horizonte é dotada de estrutura organizacional específica para o controle interno, constituída pela Controladoria-Geral do Município, criada pela Lei municipal nº 9155/2006, órgão de primeiro escalão que contém a Auditoria-Geral do Município, a Corregedoria-Geral do Município, a Ouvidoria do Município e a Secretaria Especial de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas.

Assim como outras Controladorias municipais e estaduais, a Controladoria-Geral de Belo Horizonte teve como referência para a sua criação e organização a recentemente extinta Controladoria-Geral da União e, em princípio, possui organização e adota ferramentas adequadas para garantir o controle interno e a transparência da gestão municipal.

Verifica-se, contudo, que Belo Horizonte é uma das capitais brasileiras que ainda não atingiram pontuação máxima nas avaliações feitas pela própria CGU e pelo Ministério Público Federal sobre a implementação da Lei do Acesso à Informação (LAI)¹, considerada norma fundamental para a transparência da gestão pública e para o controle da sociedade sobre a gestão.

É questionável o desempenho da Controladoria Municipal quando confrontado com suspeições acerca de obras realizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, como o trágico episódio do desabamento do Viaduto Guararapes, na Av. Pedro I, em julho de

¹ Portal da Transparência do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle

2014, que causou a morte de duas pessoas e expôs a vulnerabilidade dos mecanismos municipais de controle e fiscalização sobre a contratação e a execução de projetos e obras, por exemplo.

Além disso, é imprescindível para a construção de novos avanços na transparência e no controle da gestão pública que os próprios órgãos de controle interno sejam submetidos ao controle social, para que não se tornem meras instâncias burocráticas, voltadas para o formalismo e submetidas às conveniências dos gestores.

Para o fortalecimento da atuação da Controladoria-Geral do município e a ampliação da transparência na gestão municipal proporemos uma série de ações que garantam o controle efetivo das ações governamentais, reduzindo do dia a dia da administração atos de improbidade administrativa e descaminhos que inviabilizem as políticas públicas propostas.

PROPOSTAS

- Criar Conselho Municipal de Transparência e Controle Social (CMTCS) como órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e fiscalizador, composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, com a finalidade de atuar na formulação e no monitoramento da política municipal de transparência e controle.
- Criar a Coordenadoria de Defesa do Usuário do Serviço Público Municipal com a finalidade de promover e assegurar ações de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos municipais, dando a ele voz em suas queixas e sugestões, aproximando a Administração do cidadão.
- Criar o Projeto Transparência Nota 10 com o objetivo de alcançar e manter a pontuação máxima da Escala Brasil Transparente (EBT), do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. A EBT é baseada em metodologia composta de 12 quesitos que cobrem aspectos da regulamentação do acesso

à informação e da existência e do funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

- Criar o Projeto BH Legal e Transparente com a realização de Auditoria nas contas públicas, nos contratos de obras e serviços e na área de RH da Prefeitura, nos primeiros meses da nova Administração.
- Criar o Projeto BH Mais Simples para a identificação e o tratamento de demandas dos servidores e cidadãos, para simplificação e melhoria dos processos internos e serviços prestados pela Prefeitura, visando aliviar cada vez mais o peso do Governo sobre a vida das pessoas. Essa estrutura permanente estará ligada ao Gabinete do Prefeito, tendo total liberdade para propor melhorias estruturantes e efetivas que facilitem a vida dos belo-horizontinos.
- Criar mecanismos para fortalecimento de programas já existentes na PBH, mas com pouca efetividade, como o Fiscal da Cidade e o Cidadão Auditor, buscando maior participação dos cidadãos e resultados concretos.
- Implantar ações efetivas de combate a corrupção na Administração Municipal, com soluções tecnológicas e legais que visem desestimular as práticas ilícitas.

8 TEMA TRANSVERSAL: QUALIDADE DE VIDA

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) tem o quarto melhor Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) do país, atrás de São Paulo (SP), Distrito Federal e Curitiba (PR), o que não significa que esteja próximo do ideal, se comparado com outras cidades do mundo.

O resultado está no Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPES) e pela Fundação João Pinheiro. O documento leva em consideração indicadores de renda, educação e longevidade e compara os anos de 2000 a 2010.

Segundo o estudo, a RMBH tem uma população de 4.357.942 de habitantes que corresponde a 24,3% do total de Minas Gerais. Com um PIB de R\$ 33. 713 bilhões (31,7% do total do estado), possui uma densidade demográfica de 460,06 habitantes por km², sendo os índices de desenvolvimento humano conforme a seguir:

- IDHM: 0,682;
- IDHM EDUCAÇÃO: 0,549;
- IDHM LONGEVIDADE: 0,784; e
- IDHM RENDA: 0,737.

A população de Belo Horizonte correspondia em 2010 a 48% da região metropolitana. Quase a metade dos habitantes, concentram-se na cidade de Belo Horizonte que ainda recebe dos municípios vizinhos um grande número de pessoas em busca de serviços, em especial de atendimento na área de saúde.

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade longa e saudável, com acesso a conhecimento e recursos que garantam um padrão de vida digno.

Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, a partir das habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.

- **Vida longa e saudável (Longevidade):** ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.
- **Acesso ao conhecimento (Educação):** o acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.
- **Padrão de vida (Renda):** A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Estes três componentes utilizados na análise do IDHM de uma população são a base do tema QUALIDADE DE VIDA, que confere transversalidade ao presente programa de governo no sentido de que todas as ações e propostas aqui apresentadas devem convergir sempre para um aumento real e significativo do IDHM de Belo Horizonte, propiciando a toda a sua população uma expectativa de vida cada vez mais longa e com qualidade, com acesso ao conhecimento que permita gerar dignidade e oportunidades de escolhas cada vez mais variadas e o exercício de liberdades que passa por um padrão de vida mínimo que deve ser ampliado cada vez mais, com mais renda.

Assim, as propostas aqui apresentadas possuem o caráter de superar as mazelas do município, em especial onde as questões básicas de saneamento, saúde, educação e segurança não estão minimamente atendidas e mais que isso, buscam sempre o aprimoramento, afim de propiciar uma qualidade de vida sempre melhor e sempre em desenvolvimento. É importante viver muito se for para viver bem e com qualidade, com liberdade de escolha, com autonomia e com um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, todas as propostas aqui apresentadas são DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS, que visam alcançar uma melhoria concreta na qualidade de vida das pessoas. As propostas apresentadas são passíveis de novas análises junto a população, quando de sua implementação em um futuro governo municipal e também de reformulação diante da realidade econômica do município e de sua capacidade de atrair recursos do Estado e da União, bem como de investimentos da iniciativa privada e até mesmo de investimentos de outros organismos internacionais.

Assim, esperamos que estas propostas, enquanto DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS, representem os anseios dos belo-horizontinos, em busca de uma vida melhor. A qualidade de vida das pessoas é o que será perseguido pela próxima administração.

10 CONCLUSÃO

Ao ser convidada para escrever a conclusão do programa de governo do Eros, aceitei com grande responsabilidade e honra e me permiti escrever na primeira pessoa, por entender necessário mostrar o meu ponto de vista sobre as propostas apresentadas, de modo a me fazer compreender pelas pessoas que vivem em nossa cidade. O intuito foi o de me tornar mais próxima possível de todos aqueles a quem esse programa se destina.

Primeiramente, necessário entender que as propostas apresentadas representam diretrizes programáticas e não promessas vazias de campanha política. Esse é um ponto que, como cidadã e eleitora, preciso frisar. A população brasileira está cansada de promessas não cumpridas, de mentiras e bravatas.

O presente programa foi construído ouvindo a população, a sociedade civil organizada e os especialistas mais qualificados de cada área. Também levou em consideração a escassez de recursos financeiros e a necessidade de priorizar os aspectos emergenciais, o que será avaliado durante todo o mandato de 2017 a 2020.

Em constante diálogo com a população, afim de efetivar todo o conjunto das diretrizes programáticas aqui apresentadas, naquilo que for possível, o intuito é fazer o melhor e que traga mais resultados práticos na melhoria da qualidade de vida, com os recursos financeiros disponíveis.

O programa se destaca pela valorização do diálogo, da proximidade com as pessoas e pela busca de uma administração mais humanizada e preocupada com a questão social, aspecto que particularmente me sensibiliza, pela urgência na solução de problemas que afetam a dignidade da pessoa humana e que tem sido negligenciado nos últimos anos. Nesse sentido é preciso resgatar a vocação da AMAS, o que foi aqui proposto e que tem meu total apoio.

A geração de renda e a educação para a vida, com a valorização e resgate de valores como honestidade, solidariedade, liberdade, dentre outros, me remetem, como

professora e educadora que sou, a um repensar de nossa sociedade, que está contemplado no documento aqui apresentado, o que garante, a meu ver, um futuro melhor para nossos filhos.

Permitam-me aqui citar as palavras de Michele Obama, que em discurso forte e emocionante na Convenção do Partido Democrata dos Estados Unidos em 2016, passou uma mensagem que eu gostaria de transmitir também:

*"Não se enganem sobre isso. (...), quando formos às urnas, será sobre isso que estaremos decidindo. (...). Nesta eleição, e em toda eleição, é sobre aqueles que terão **O poder de moldar nossos filhos pelos próximos quatro ou oito anos de suas vidas.**" (Michele Obama).*

Nesse sentido, importante eleger alguém como Eros, verdadeiramente preocupado com a qualidade de vida das pessoas e com o futuro de nossas crianças. Queremos que o futuro seja hoje e agora. Precisamos de mais humanidade e também de vigor na resolução dos problemas mais emergenciais de nosso povo e de nossa gente.

Acredito, por conhecê-lo melhor do que qualquer outra pessoa, que o Eros é o prefeito que poderá nos levar a essa Belo Horizonte que tanto desejamos.

E o presente programa de governo, tão bem elaborado por essa equipe tão dedicada a qual desde já agradeço, é uma peça de planejamento e de direção do caminho a ser percorrido pelos próximos 4 e 8 anos. Vem com a gente!

Adriana Biondini